

# 49

## ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

ANÁLISE SETORIAL DAS  
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS  
EM PORTUGAL | 2020  
ABR. 2022



BANCO DE  
PORTUGAL  
EUROSISTEMA







# 49

## ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

ANÁLISE SETORIAL DAS  
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS  
EM PORTUGAL | 2020

ABR. 2022



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSYSTEM

Lisboa, 2022 • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)



# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES, as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES relativos a 2020, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Excepcionalmente, devido à pandemia de COVID-19, o prazo para cumprimento da obrigação de entrega da IES referente a 2020 foi prorrogado até ao dia 30 de julho de 2021.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período 2010-2021.



# Sumário

Em 2020, estiveram em atividade cerca de 484 mil empresas não financeiras com sede em Portugal, mais 1,9% do que em 2019.

As microempresas representavam 89% do total das empresas e 16% do volume de negócios. As grandes empresas (0,3% das empresas) geraram 40% do volume de negócios, ao passo que as pequenas e médias empresas (10% das empresas) foram responsáveis por 43% do volume de negócios. As posições relativas das várias classes de dimensão não se alteraram substancialmente face a 2019, não obstante a redução do peso das grandes empresas no volume de negócios (diminuição de 2 pontos percentuais (pp)).

A maioria das empresas (53%) estava associada ao setor dos outros serviços, conjunto de atividades nas quais se incluem os transportes, o alojamento e restauração, as telecomunicações e os serviços de saúde. O comércio agregava 23% das empresas e a maior parcela do volume de negócios (39%). Seguiam-se a indústria e os outros serviços, responsáveis, respetivamente, por 24% e 23% do volume de negócios agregado das empresas não financeiras. Em comparação com 2019, o peso das empresas associadas aos outros serviços aumentou 1 pp, em contraste com a redução da relevância do comércio e da indústria. Já no que respeita ao volume de negócios, a evolução foi a oposta: o peso do volume de negócios gerado pelas empresas dos outros serviços diminuiu 2 pp, ao passo que o peso dos setores do comércio e da construção aumentou 1 pp, em cada caso.

A maior parte das empresas nacionais tinha sede na região Norte (33%), na Área Metropolitana de Lisboa (33%) e na região Centro (19%). As empresas com sede na Área Metropolitana de Lisboa geraram 44% do volume de negócios agregado do total das empresas, seguindo-se as regiões Norte (29%) e Centro (17%). A estrutura das empresas por localização geográfica não sofreu alterações significativas relativamente a 2019.

A região Norte era a mais relevante no setor da indústria (concentrava 51% das empresas do setor). Agregava também uma parcela significativa das empresas do comércio e da construção (37% e 36%, respetivamente). A Área Metropolitana de Lisboa assumia maior preponderância nos outros serviços e na eletricidade e água, ao agregar 41% e 34% das empresas destes setores, respetivamente. O Alentejo concentrava 33% das empresas da agricultura e pescas.

Menos de metade (44%) das empresas estava em atividade há mais de 10 anos. Este conjunto gerou 81% do volume de negócios agregado das empresas não financeiras. Destacavam-se as empresas em atividade há mais de 20 anos (22% das empresas), responsáveis por 59% do volume de negócios agregado. Já as empresas em atividade há menos de cinco anos geraram 10% do volume de negócios, apesar de representarem 38% das empresas em atividade.

Pertenciam ao setor exportador 5,5% das empresas em atividade, as quais eram responsáveis por 33% do volume de negócios total das empresas não financeiras. O setor exportador era mais relevante no setor da indústria, representando 15% das empresas e 71% do volume de negócios.

O volume de negócios das empresas diminuiu 9,5% em 2020. Esta redução encontra paralelismo apenas na contração do volume de negócios das empresas verificada em 2009 (queda de 8,9%) e contrasta com o crescimento de 3,7% observado em 2019.

A diminuição do volume de negócios foi transversal a todas as classes de dimensão e à generalidade dos setores de atividade económica, com exceção dos setores da construção e da agricultura e pescas (crescimentos de 3,3% e 0,6%, respetivamente). A redução do volume de negócios foi mais acentuada nos outros serviços (16,7%), aos quais se seguiram a indústria (10,8%) e o comércio (6,8%). As exportações representavam 20,8% do volume de negócios (21,8% em 2019). A nível setorial, destacava-se a indústria, com 48% do volume de negócios associado ao mercado externo.

O EBITDA das empresas diminuiu 19,0% (aumentara 2,4% em 2019). A redução do EBITDA foi transversal a todas as classes de dimensão e à generalidade dos setores de atividade, com exceção da construção (crescimento de 9,5%). Em 2020, 38% das empresas apresentaram EBITDA negativo, percentagem 7 pp superior à registada em 2019.

A rendibilidade dos capitais próprios das empresas diminuiu 3,8 pp, para 3,6%. A redução da rendibilidade foi transversal a todas as classes de dimensão e a todos os setores de atividade económica, tendo sido determinada, de forma geral, pela redução da rendibilidade operacional (compensada marginalmente pela diminuição das restantes componentes do resultado líquido, entre as quais os gastos de financiamento).

A autonomia financeira das empresas ascendeu a 38,1%, mais 1,6 pp do que em 2019. Apesar do impacto da pandemia sobre a rendibilidade das empresas e da expansão do seu passivo, manteve-se, em 2020, a trajetória de reforço dos capitais próprios, determinada por variações positivas das outras componentes de capital próprio (entre as quais se incluem entradas de capital e a incorporação de resultados transitados de períodos anteriores), que mais do que compensaram a redução do resultado líquido do período. O aumento da autonomia financeira foi transversal a todas as classes de dimensão e à generalidade dos setores de atividade, constituindo a agricultura e pescas a única exceção (a autonomia financeira deste setor reduziu-se marginalmente). Ainda assim, esta subida situou-se em torno de 1 pp na maioria dos setores. Não obstante a evolução da autonomia financeira em termos agregados, 27% das empresas apresentavam capitais próprios negativos, parcela 1 pp superior à verificada em 2019.

A dívida remunerada continuou a constituir a principal fonte de financiamento alheio das empresas, representando 54% do passivo agregado das empresas não financeiras (52% em 2019). As dívidas a fornecedores correspondiam a 15% do passivo (16% em 2019). Os empréstimos bancários e os financiamentos de empresas do grupo representavam as maiores parcelas da dívida remunerada das empresas (42% e 41%, respetivamente). O passivo das empresas não financeiras aumentou 1,3% relativamente a 2019. A dívida remunerada cresceu 3,7% e os outros passivos 0,8%, enquanto a dívida a fornecedores diminuiu 5,6%. A expansão da dívida remunerada esteve essencialmente associada às empresas de menor dimensão (crescimentos de 9% nas microempresas e de 4% nas pequenas e médias empresas), situação determinada, em grande medida, pelo impacto das medidas de apoio ao financiamento das empresas no contexto da pandemia (com destaque para as moratórias e as linhas de crédito com garantia pública).

Apesar do aumento da dívida remunerada, os gastos de financiamento das empresas diminuíram, em termos agregados, 4,9% relativamente a 2019. O rácio de pressão financeira das empresas, avaliado pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA, aumentou 2,4 pp, para 15,9%. Mais de um terço das empresas (36%) não gerou EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento, proporção 9 pp superior à observada em 2019. Ainda assim, a maior parte das empresas (61%) registou um nível de pressão financeira inferior a 50%.

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, no final de 2021, o montante de empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas não financeiras era 3% superior ao registado no final de 2020 e 14% acima do valor observado no final de 2019. Esta evolução representa uma inversão da tendência de redução deste montante registada ao longo da década anterior. Ainda assim, o *stock* de empréstimos concedidos representava, no final de 2021, 71% do observado no final de 2010. Por outro lado, o montante de empréstimos vencidos, que tinha aumentado até 2015, continuou a diminuir. O *stock* de empréstimos vencidos era, no final de 2021, equivalente a 37% do registado no final de 2010 e a 56% do observado no final de 2019. O rácio de empréstimos vencidos das empresas não financeiras situava-se em 2,3%, valor inferior aos verificados no final de 2020 (3,4%) e de 2019 (4,7%).

Apesar de o financiamento por dívida comercial ter representado 15% do passivo das empresas em 2020, as empresas não obtinham financiamento líquido por esta via. O saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes do total das empresas, em percentagem do respetivo volume de negócios, manteve-se negativo, correspondendo a 1,7% do volume de negócios, valor marginalmente inferior ao observado em 2019.

Em 2020, o indicador de liquidez geral das empresas ascendeu a 145%, um valor 6 pp superior ao observado em 2019. Esta evolução indica que, apesar da pandemia e do respetivo impacto sobre a rendibilidade operacional das empresas, o seu endividamento de curto prazo estava totalmente coberto por ativos de curto prazo. O reforço da liquidez geral foi mais significativo, por classes de dimensão, nas pequenas e médias empresas (aumento de 13 pp, para 157%) e nas microempresas (aumento de 7 pp para 174%) e, por setor de atividade económica, na eletricidade e água (14 pp, para 111%) e na construção (11 pp, para 193%).

A análise da evolução dos principais indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras em 2021 com base na informação trimestral disponível (até ao terceiro trimestre de 2021) evidencia que a atividade das empresas em Portugal prosseguiu, no primeiro trimestre, a trajetória de contração observada em 2020. O comportamento inverteu-se nos trimestres seguintes, com reflexo na evolução dos níveis agregados de rendibilidade. Registe-se a diminuição dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos face aos níveis observados em 2019 e em 2020.

# Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

## I Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2020 | **10**

1 Introdução | **12**

2 Estrutura e demografia | **14**

3 Atividade e rendibilidade | **22**

4 Situação financeira | **30**

**Caixa 1** • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente | **39**

**Caixa 2** • Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2021 | **42**

## II Anexo | **45**

1 Síntese metodológica | **47**

Siglas e acrónimos | **49**

Referências | **50**

Estudos da Central de Balanços | **51**

---

---

# I Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2020

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Atividade e rendibilidade

4 Situação financeira



# 1 Introdução

O estudo *Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2020* apresenta a situação económica e financeira das sociedades não financeiras (SNF<sup>1</sup>) residentes em Portugal, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>2</sup>.

Esta publicação atualiza o *Estudo da Central de Balanços n.º 46 – Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2019*, de março de 2021.

A análise incide, essencialmente, sobre o ano de 2020 e tem por base os dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES).

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas<sup>3</sup> não financeiras apurados a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal<sup>4</sup>.

No Capítulo 2, são apresentados os principais destaques relativos à estrutura e à demografia das empresas não financeiras em Portugal.

No Capítulo 3, analisa-se a evolução da atividade e em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas.

No Capítulo 4, é apresentada a situação financeira das empresas não financeiras.

No mesmo capítulo, na Caixa 1 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente”, são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas em Portugal, nomeadamente no que respeita aos empréstimos bancários concedidos pelos bancos residentes em Portugal.

<sup>1</sup> O setor das sociedades não financeiras (SNF) constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Com base no normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de menos de 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K — *Atividades Financeiras e de Seguros*, O — *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T — *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U — *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 — *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

<sup>2</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São também consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças relativamente a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 — Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços e 2/2013 — Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços — Notas metodológicas* e o *Estudo da Central de Balanços 36 - Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, de fevereiro de 2019.

<sup>3</sup> Por uma questão de simplificação, utilizaram-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das SNF como definido na Nota 1.

<sup>4</sup> As estatísticas da Central de Balanços são publicadas nos Quadros do Setor, disponíveis no *site* do Banco de Portugal. São igualmente disponibilizadas no *BPstat*, sob o domínio “Empresas da central de balanços”.

Na Caixa 2 “Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2021”, é analisada a evolução mais recente de alguns indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras, tendo em conta a informação trimestral relativa ao terceiro trimestre de 2021, disponível na Central de Balanços do Banco de Portugal.

Em anexo, apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados. No *site* do Banco de Portugal, estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas. No *BPstat*, sob o domínio “Empresas da central de balanços” (no subdomínio “Estudos da central de balanços”), é apresentada uma infografia que resume os principais indicadores apresentados no presente estudo.

Na área “Empresas”, as empresas podem obter os respetivos Quadros da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No *site* do Banco de Portugal, é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos Quadros do Setor, os quais possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores relativamente a qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

## 2 Estrutura e demografia

Neste capítulo, são apresentados os principais destaques relativos à estrutura e à demografia das empresas não financeiras em Portugal, em 2020, e analisada a sua evolução relativamente a 2019.

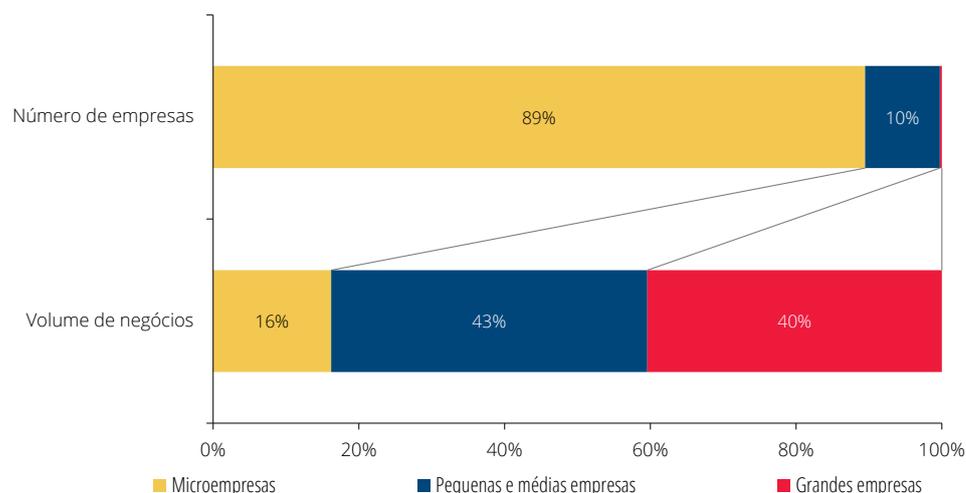
### A maioria das 484 mil empresas em atividade eram microempresas.

Em 2020, estiveram em atividade cerca de 484 mil empresas não financeiras com sede em Portugal.

Por classes de dimensão<sup>5</sup>, 9 em cada 10 empresas eram microempresas (89%). Este conjunto foi responsável por 16% do volume de negócios agregado das empresas não financeiras. As grandes empresas (0,3% das empresas) geraram 40% do volume de negócios, ao passo que as pequenas e médias empresas (10% das empresas) originaram 43% (Gráfico I.2.1).

Comparativamente com o observado em 2019, as posições relativas das várias classes de dimensão não se alteraram substancialmente. Ainda assim, refira-se a redução do peso relativo das grandes empresas no volume de negócios total (diminuição de 2 pp, compensada, sobretudo, pelo maior peso relativo das pequenas e médias empresas).

**Gráfico I.2.1 • Estruturas | Por classes de dimensão (2020)<sup>6</sup>**



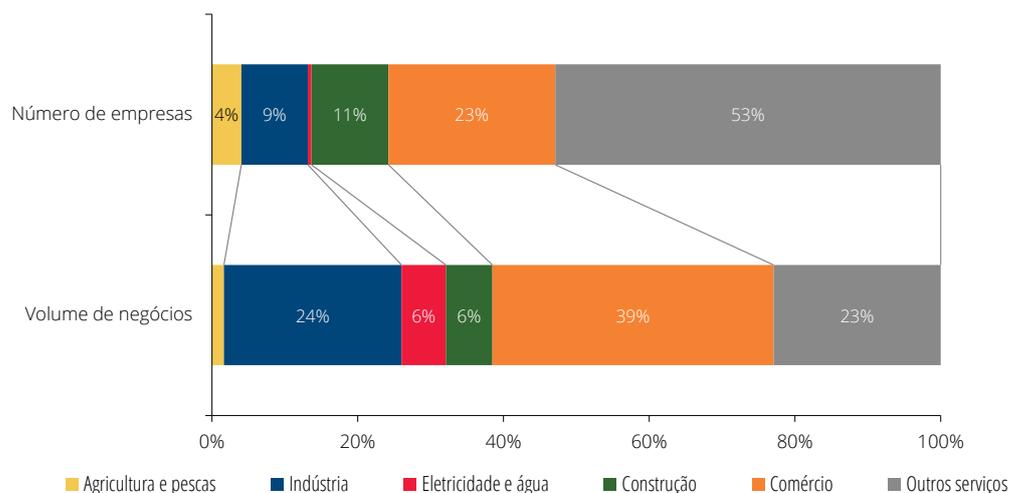
### Mais de três quartos das empresas pertenciam ao setor dos serviços.

Em 2020, 53% das empresas estavam ligadas ao setor dos outros serviços, conjunto de atividades nas quais se incluem empresas ligadas aos transportes, ao alojamento e restauração, às telecomunicações ou aos serviços de saúde. Cerca de 23% das empresas desenvolviam a sua atividade no setor do comércio (Gráfico I.2.2). Este setor representava 39% do volume de negócios total. Seguiam-se a indústria e os outros serviços, responsáveis, respetivamente, por 24% e 23% do volume de negócios agregado das empresas não financeiras.

<sup>5</sup> A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em anexo.

<sup>6</sup> Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

**Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2020)**



Em comparação com 2019, o peso das empresas associadas aos outros serviços no total das empresas em Portugal aumentou (1 pp). Em contrapartida, os setores do comércio e da indústria tornaram-se menos expressivos (de forma equitativa). Já no que respeita ao volume de negócios, a evolução foi a oposta: o peso do volume de negócios gerado pelas empresas dos outros serviços diminuiu 2 pp, ao passo que os setores do comércio e da construção foram responsáveis por parcelas 1 pp superiores, em cada caso, às verificadas em 2019.

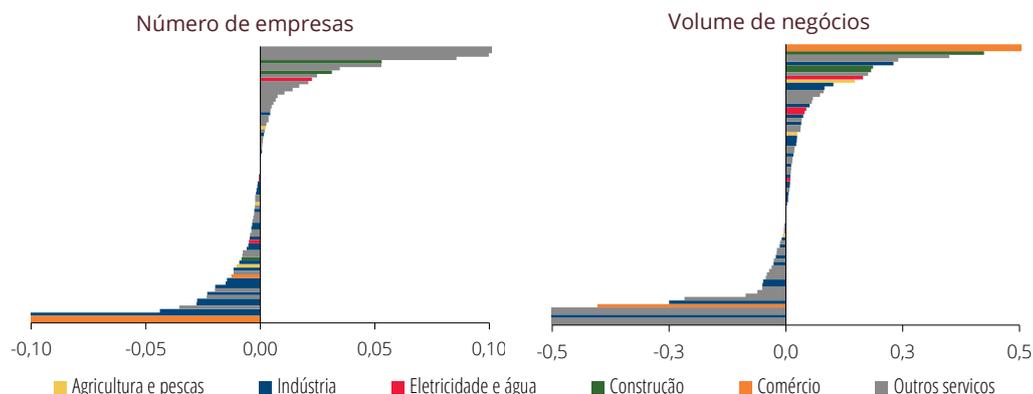
Apesar da relativa estabilidade da estrutura setorial das empresas não financeiras, existe alguma heterogeneidade nas evoluções associadas a cada um dos setores (Gráfico I.2.3).

Entre as atividades cujo peso no total das empresas mais aumentou (quer em número de empresas quer em volume de negócios), encontram-se atividades ligadas à eletricidade e água (com destaque para a eletricidade e gás, Divisão 35 da CAE-Rev.3), à construção (promoção imobiliária e atividades especializadas de construção, ou seja, Divisões 41 e 43), mas também aos outros serviços (como as atividades de consultoria e programação informática, imobiliárias e de consultoria de gestão, associadas às Divisões 62, 68 e 70, respetivamente).

Na situação oposta, ou seja, entre as atividades cujo peso no total das empresas mais se reduziu (tendo em conta ambas as variáveis analisadas), encontravam-se atividades ligadas aos outros serviços (atividades desportivas, de diversão e recreativas e agências de viagem, associadas às Divisões 93 e 79), mas também ao comércio (comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos, Divisão 45) e à indústria (com destaque para a indústria do couro, Divisão 15).

Numa situação mista, o comércio a retalho (Divisão 47) foi a atividade cujo peso na estrutura empresarial mais diminuiu e foi também aquela cuja relevância na estrutura avaliada tendo em conta o volume de negócios mais aumentou. O alojamento (Divisão 55) foi a segunda atividade cuja expressividade na estrutura empresarial mais aumentou, mas foi igualmente a segunda atividade cujo peso no volume de negócios agregado mais diminuiu.

**Gráfico I.2.3 • Estruturas | Por setores de atividade económica (diferencial dos pesos entre 2020 e 2019, por Divisão da CAE-Rev. 3, em pontos percentuais)**



Nota: Cada barra do gráfico é representativa de uma Divisão da CAE-Rev. 3, sendo ordenados os diferenciais entre 2020 e 2019 dos respetivos pesos na estrutura setorial das empresas não financeiras com base no número de empresas e no volume de negócios. Valores truncados a variações absolutas inferiores a 0,1 (no caso do número de empresas) e 0,5 (no caso do volume de negócios).

**Apesar de as microempresas predominarem, as pequenas e médias empresas geravam a parcela mais significativa do volume de negócios na maioria dos setores.**

As microempresas eram a classe de dimensão mais relevante em todos os setores de atividade tendo em conta o número de empresas. O peso desta classe de dimensão variava entre os 72%, na indústria, e os 93%, nos outros serviços (Quadro I.2.1). Atendendo ao volume de negócios, as pequenas e médias empresas assumiam a primazia na maioria dos setores. Na eletricidade e água e na indústria, no entanto, a maior parcela do volume de negócios estava associada às grandes empresas (78% e 50%, respetivamente).

**Quadro I.2.1 • Estruturas | Por setores de atividade económica e classes de dimensão (2020)**

	Composição do número de empresas por dimensão			Composição do volume de negócios por dimensão		
	Microempresas	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas	Microempresas	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas
<b>Total das empresas</b>	<b>89,5%</b>	<b>10,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>16,2%</b>	<b>43,4%</b>	<b>40,4%</b>
Agricultura e pescas	91,7%	8,2%	0,1%	37,8%	54,1%	8,0%
Indústria	71,6%	27,6%	0,9%	5,2%	44,3%	50,4%
Eletricidade e água	74,6%	22,9%	2,5%	1,8%	20,1%	78,1%
Construção	86,9%	12,9%	0,1%	24,7%	56,3%	19,0%
Comércio	89,8%	10,0%	0,2%	18,3%	44,7%	37,0%
Outros serviços	92,8%	7,0%	0,2%	24,3%	42,0%	33,7%

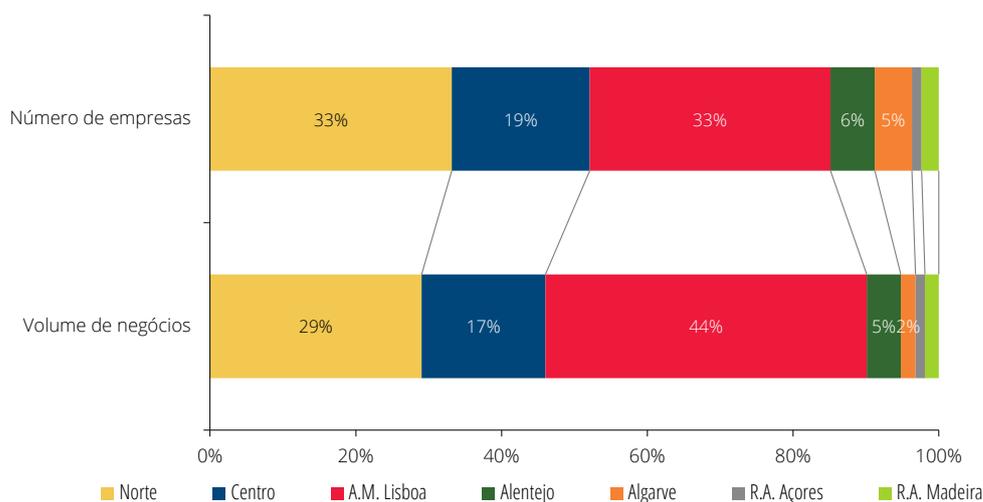
Nota: A sombreado encontra-se a classe de dimensão mais relevante, por setor de atividade económica, para cada um dos indicadores considerados.

Em relação a 2019, diminuiu o peso das grandes empresas na estrutura do volume de negócios dos vários setores de atividade. Esta quebra foi mais significativa na indústria e no comércio (reduções de 2 pp, que comparam com uma redução de 1 pp na generalidade dos restantes setores). Na maioria dos casos, a redução do peso das grandes empresas foi compensada pela maior relevância das pequenas e médias empresas.

### A Região Norte e a Área Metropolitana de Lisboa concentravam dois terços das sedes das empresas.

A maior parte das empresas nacionais tinha sede<sup>7</sup> na região Norte (33%), na Área Metropolitana de Lisboa (33%) e na região Centro (19%) (Gráfico I.2.4). As empresas com sede na Área Metropolitana de Lisboa geraram, em 2020, 44% do volume de negócios agregado do total das empresas, seguindo-se as regiões Norte (29%) e Centro (17%).

Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por localização geográfica das sedes das empresas (2020)



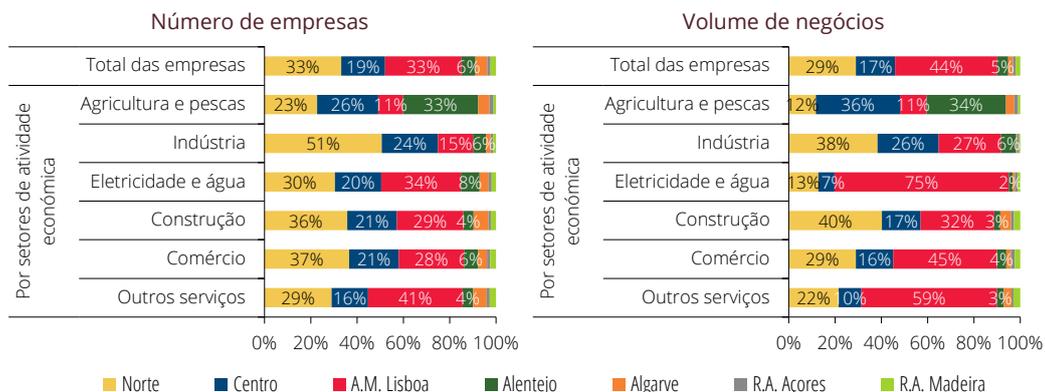
A estrutura por localização geográfica não sofreu alterações significativas relativamente a 2019. A parcela do volume de negócios associada a empresas com sede na Área Metropolitana de Lisboa diminuiu 1 pp, em contrapartida do aumento da relevância das regiões Norte e Centro. O peso, no volume de negócios agregado, das empresas com sede na região do Algarve e na Região Autónoma da Madeira também diminuiu, ainda que de forma menos pronunciada.

A região Norte assumia maior importância na indústria (reunia 51% das empresas do setor). Agregava também parcelas significativas das empresas do comércio e da construção (37% e 36%, respetivamente) (Gráfico I.2.5). Já a Área Metropolitana de Lisboa apresentava maior preponderância nos outros serviços e na eletricidade e água, ao agregar 41% e 34% das empresas destes setores, respetivamente. O Alentejo concentrava 33% das empresas da agricultura e pescas.

As maiores parcelas do volume de negócios dos setores da construção e da indústria tinham origem em empresas com sede na região Norte (40% e 38%, respetivamente). As empresas com sede na Área Metropolitana de Lisboa concentravam 75% do volume de negócios gerado por empresas da eletricidade e água; esta região era igualmente a mais relevante nos setores dos outros serviços (59% do volume de negócios do setor) e do comércio (45% do volume de negócios do setor). As empresas da região Centro agregavam a maior parcela do volume de negócios associado a empresas da agricultura e pescas (36%, acima dos 34% associados a empresas com sede no Alentejo).

<sup>7</sup> A localização geográfica refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Para tal, considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

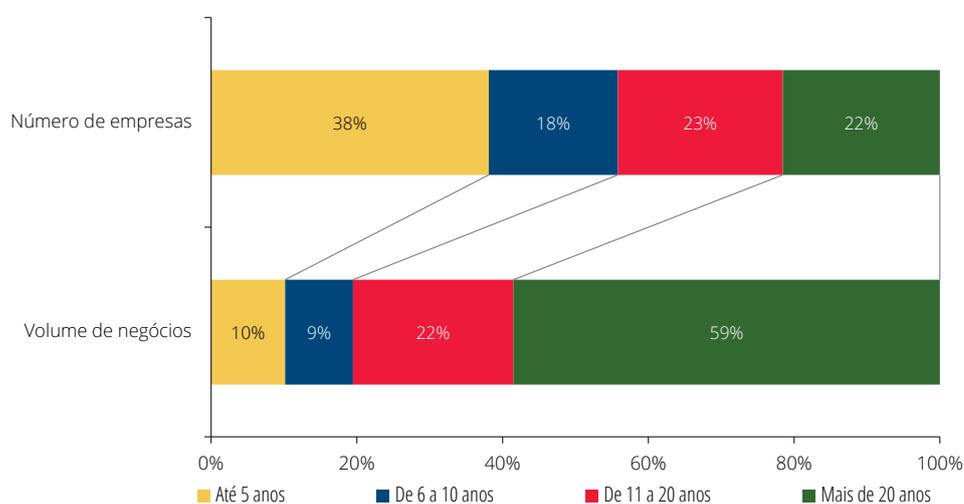
**Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por setores de atividade económica e localização geográfica das sedes (2020)**



**Embora correspondessem a menos de metade das empresas, as empresas com atividade há mais de 10 anos geraram mais de 80% do volume de negócios agregado.**

Em 2020, menos de metade (44%) das empresas estava em atividade há mais de 10 anos<sup>8</sup>. Este conjunto foi responsável por 81% do volume de negócios agregado das empresas não financeiras. Refira-se que mais de metade (59%) do volume de negócios agregado foi gerado por empresas em atividade há mais de 20 anos (correspondentes a 22% das empresas em atividade). Em contrapartida, as empresas em atividade há menos de cinco anos geraram 10% do volume de negócios agregado, apesar de serem representativas de 38% das empresas em atividade (Gráfico I.2.6).

**Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por classes de maturidade das empresas (2020)**

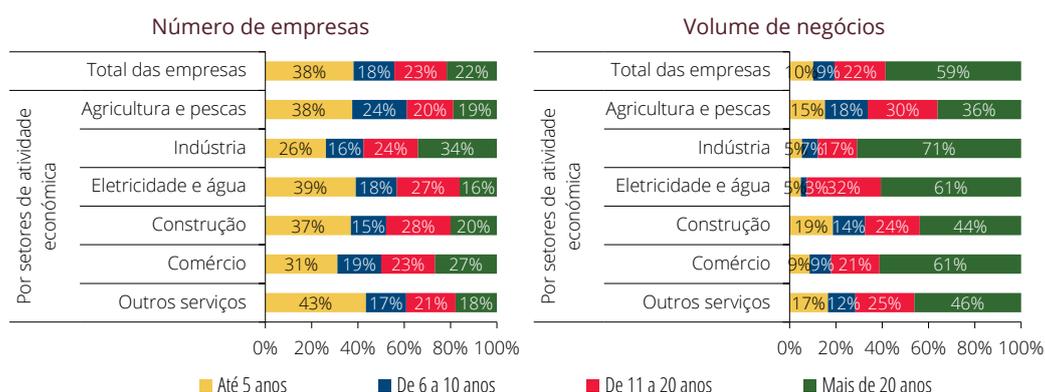


<sup>8</sup> A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos.

A estrutura das empresas por classes de maturidade não sofreu alterações significativas em relação a 2019. Não obstante, é de assinalar que o peso das empresas em atividade há mais de 20 anos aumentou 1 pp, quer no número total de empresas quer no volume de negócios agregado.

As empresas com até cinco anos de atividade assumiam maior expressão na generalidade dos setores de atividade, com destaque para os outros serviços, para a eletricidade e água e para a agricultura e pescas (44%, 39% e 38%, respetivamente) (Gráfico I.2.7). Esta situação apenas não se verificava na indústria, setor no qual 34% das empresas estavam em atividade há mais de 20 anos. O volume de negócios das empresas com até cinco anos de atividade assumia maior relevância na construção, representando 19% do total do setor.

**Gráfico I.2.7 • Estruturas | Por setores de atividade económica e classes de maturidade (2020)**



As empresas em atividade há mais de 20 anos eram responsáveis pelas maiores parcelas do volume de negócios em todos os setores de atividade (pesos entre 36%, na agricultura e pescas, e 71%, na indústria).

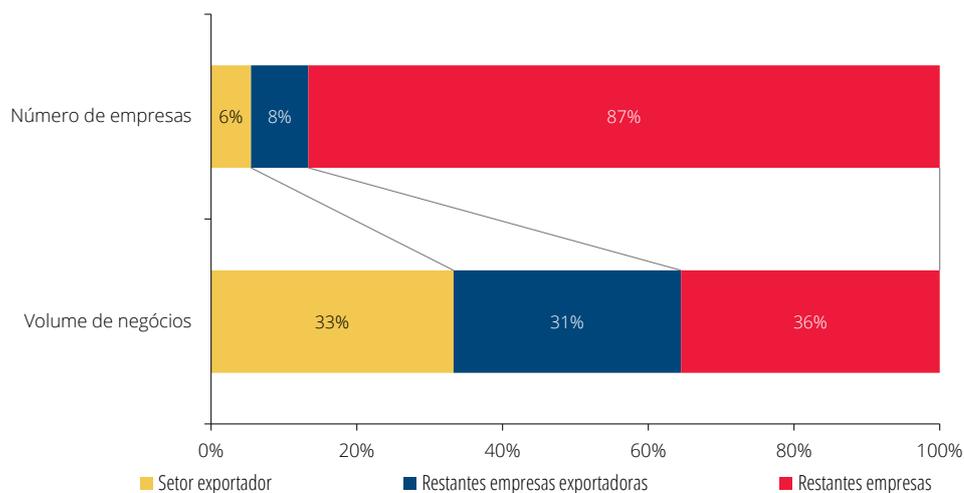
Comparativamente com 2019, é de destacar a maior relevância das empresas com até 10 anos de atividade no setor da construção. Com efeito, o peso deste conjunto de empresas aumentou tanto na estrutura relativa ao número de empresas do setor como na estrutura do volume de negócios por classes de maturidade (1 pp, em ambos os casos).

**Uma em cada 20 empresas pertencia ao setor exportador. A relevância deste conjunto de empresas diminuiu relativamente a 2019.**

Em 2020, o setor exportador<sup>9</sup> integrava 5,5% das empresas em atividade e era responsável por 33% do volume de negócios total das empresas não financeiras (Gráfico I.2.8). Estes pesos eram inferiores aos observados em 2019. A redução foi mais pronunciada no caso do volume de negócios (2 pp).

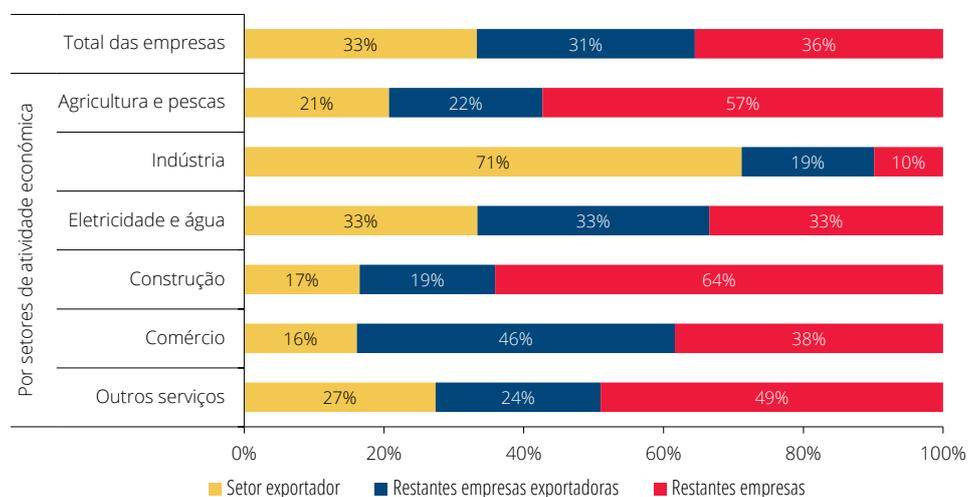
<sup>9</sup> O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta da publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 22 — Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da *Nota de Informação Estatística n.º 122|2017*.

**Gráfico I.2.8 • Estruturas | Em função da integração no setor exportador (2020)**



A relevância do setor exportador era superior na indústria, ao englobar 15% das empresas e 71% do volume de negócios (Gráfico I.2.9). Nos restantes setores, a parcela de empresas associadas ao setor exportador não ultrapassava os 6%. Ainda assim, na eletricidade e água e nos outros serviços, as empresas do setor exportador geraram 33% e 27% do respetivo volume de negócios (valores próximos dos observados quando considerado o total das empresas, independentemente do setor de atividade).

**Gráfico I.2.9 • Estruturas | Por setores de atividade económica e em função da integração no setor exportador (volume de negócios, 2020)**

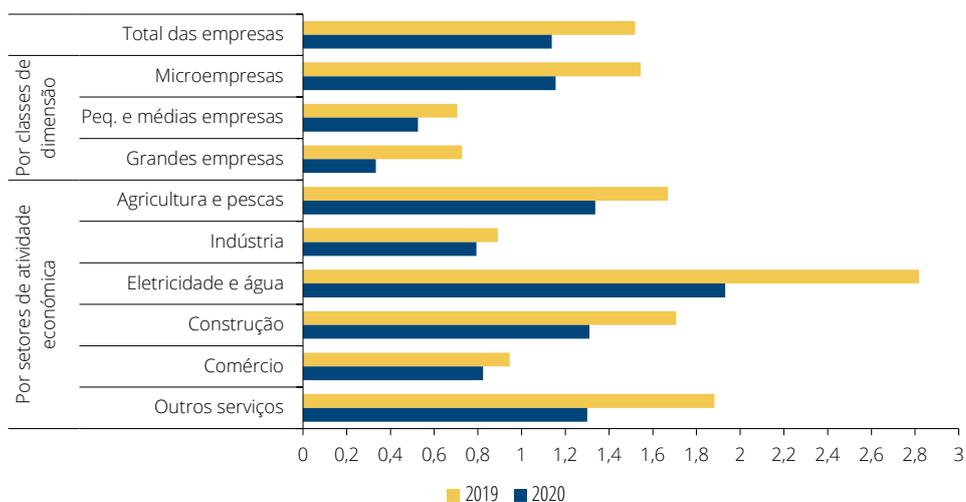


**As empresas em atividade apresentaram o crescimento mais baixo desde 2016.**

Em 2020, o número de empresas em atividade com sede em Portugal aumentou 1,9%<sup>10</sup>. Por cada empresa que cessou atividade, foram criadas 1,1 empresas, valor que compara com 1,5 empresas em 2019 (Gráfico I.2.10).

<sup>10</sup> A variação anual do número de empresas em atividade é determinada pela criação de novas empresas (nascimentos), pela cessação de atividade de empresas que integravam o agregado analisado (mortes) e ainda por outras variações, nas quais se incluem entradas e saídas do setor institucional das sociedades não financeiras.

**Gráfico I.2.10 • Rácio de natalidade/mortalidade**



Esta dinâmica foi determinada pelas microempresas, única classe de dimensão cujo rácio de natalidade/mortalidade foi superior a 1. Em 2020, foram criadas 12 microempresas por cada 10 que cessaram atividade. Nas pequenas e médias empresas e nas grandes empresas, apenas uma empresa foi criada por cada duas ou três empresas que cessaram atividade, respetivamente.

A nível setorial, a indústria e o comércio foram os únicos setores com rácios de natalidade/mortalidade inferiores a 1 (0,8, em ambos os casos). A eletricidade e água apresentou o rácio de natalidade/mortalidade mais elevado (1,9).

As posições relativas dos diferentes setores e classes de dimensão tendo em conta este indicador assemelhavam-se às observadas em 2019. O rácio de natalidade/mortalidade reduziu-se em todos os setores de atividade (esta quebra foi mais acentuada na eletricidade e água e menos pronunciada na indústria e no comércio).

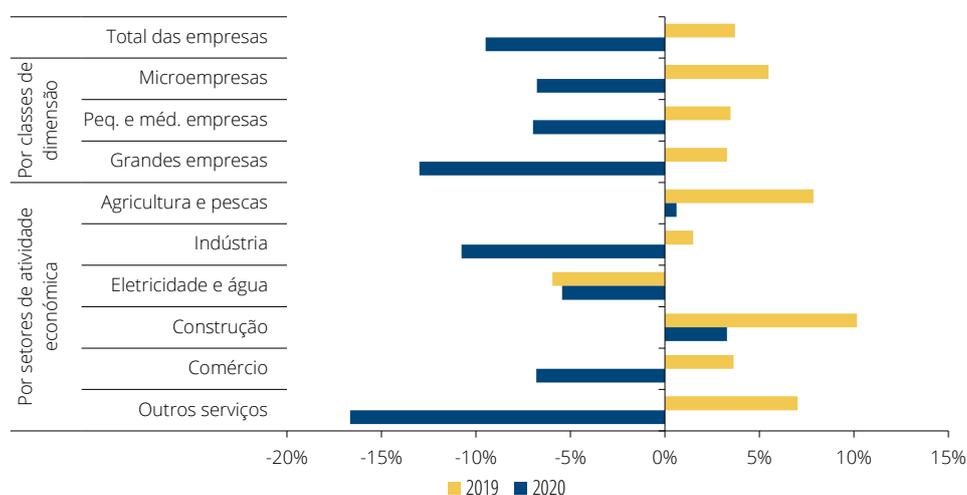
### 3 Atividade e rendibilidade

Neste capítulo, analisa-se a evolução da atividade das empresas não financeiras e em que medida essa atividade se reflete nas rendibilidades obtidas.

#### A diminuição do volume de negócios foi transversal à generalidade das empresas.

O volume de negócios das empresas diminuiu 9,5% em 2020. Esta redução encontra paralelismo apenas na contração do volume de negócios das empresas verificada em 2009 (queda de 8,9%) e contrasta com o crescimento de 3,7% observado em 2019 (Gráfico I.3.1).

Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Taxa de crescimento anual



A diminuição do volume de negócios foi transversal a todas as classes de dimensão: 13,0% nas grandes empresas, 7,0% nas pequenas e médias empresas e 6,8% nas microempresas.

Também a generalidade dos setores de atividade económica registou reduções dos respetivos volumes de negócios, com exceção da construção e da agricultura e pescas. Ainda assim, o crescimento do volume de negócios destes setores (3,3% e 0,6%, respetivamente) foi também inferior ao observado em 2019 (em 7 pp, em cada um dos casos).

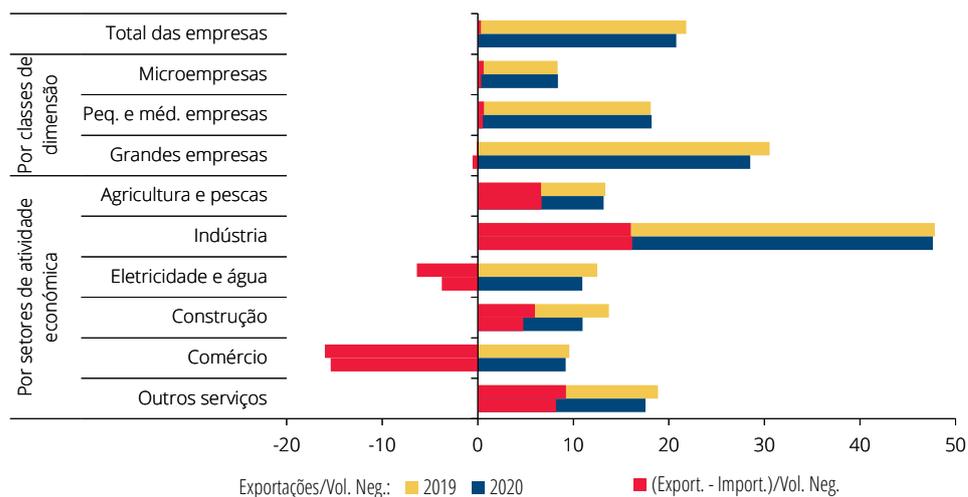
A redução anual do volume de negócios foi mais acentuada nos outros serviços (agregado que inclui, por exemplo, as atividades ligadas ao alojamento e restauração e aos transportes). O volume de negócios deste conjunto de atividades diminuiu 16,7% em relação ao observado em 2019. Seguiram-se a indústria e o comércio, com quedas dos respetivos volumes de negócios de 10,8% e 6,8%, respetivamente. O volume de negócios da eletricidade e água também diminuiu (5,4%), ainda que este tenha sido o único setor no qual a redução foi inferior à observada em 2019 (em 0,5 pp). Com exceção deste setor e de algumas atividades essencialmente ligadas à indústria, a desaceleração do volume de negócios foi transversal à maioria das atividades (tendo em conta a desagregação por Divisões da CAE-Rev. 3) e especialmente notória nos outros serviços (mesmo que, neste setor, atividades como as ligadas aos transportes por água e às telecomunicações — Divisões 50 e 61 da CAE-Rev.3, respetivamente — tenham estado entre aquelas cujos volumes de negócios mais aceleraram entre 2019 e 2020).

**As exportações originaram 21% do volume de negócios das empresas. O saldo das transações de bens e serviços com o exterior manteve-se marginalmente positivo.**

Em 2020, o mercado interno contribuiu em 6,5 pp para a redução do volume de negócios das empresas (9,5%), enquanto o mercado externo contribuiu em 3,0 pp no mesmo sentido.

O peso das exportações no total do volume de negócios permaneceu acima dos 20%. Não obstante, diminuiu 1 pp em relação ao observado em 2019, para 20,8% (Gráfico I.3.2).

**Gráfico I.3.2 • Mercado externo | Em percentagem do volume de negócios**



Nota: O gráfico reflete a componente exportada do volume de negócios e o diferencial desta componente perante a componente importada das compras e dos fornecimentos e serviços externos, expressos, em ambos os casos, em percentagem do volume de negócios agregado.

As exportações representavam 28% do volume de negócios das grandes empresas, 18% nas pequenas e médias empresas e 8% nas microempresas. Estas percentagens eram, à semelhança do verificado para o total das empresas, próximas das registadas em 2019, ainda que a relevância do mercado externo para o volume de negócios das grandes empresas tenha diminuído 2,1 pp.

A nível setorial, destacava-se a indústria, com 48% do volume de negócios associado ao mercado externo. Nos restantes setores, o peso das exportações no volume de negócios situava-se entre os 9% no comércio e os 18% nos outros serviços. Em relação a 2019, o peso das exportações no volume de negócios diminuiu 3 pp na construção, 2 pp na eletricidade e água e 1 pp nos outros serviços.

O saldo das transações de bens e serviços com o exterior manteve-se positivo e representava 0,1% do volume de negócios do total das empresas, menos 0,3 pp do que em 2019.

As microempresas e as pequenas e médias empresas apresentaram saldos positivos de 0,4% e 0,5% dos respetivos volumes de negócios. Já o saldo das grandes empresas foi, negativo pelo terceiro ano consecutivo (numa proporção equivalente a 0,5% do respetivo volume de negócios em 2020). O saldo das transações com o exterior diminuiu 0,4 pp nas grandes empresas, 0,3 pp nas microempresas e marginalmente nas pequenas e médias empresas.

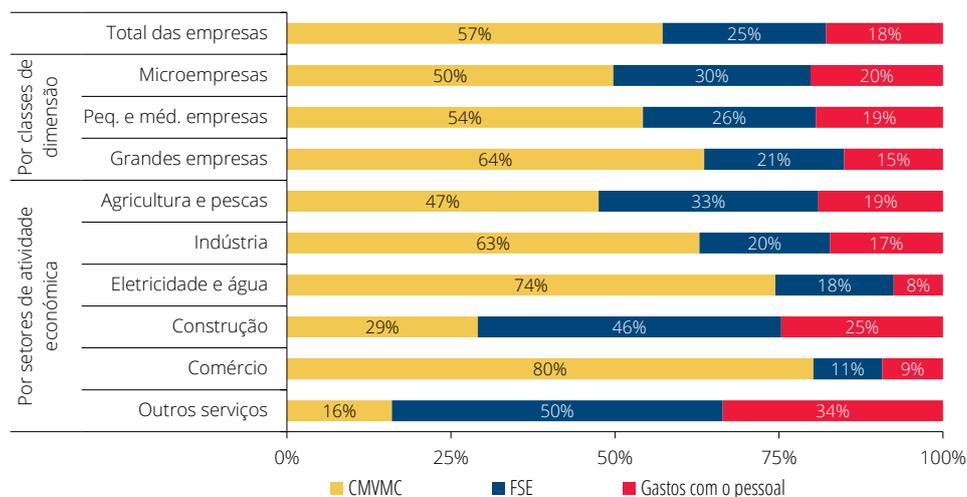
O comércio e a eletricidade e água continuaram a ser os únicos setores a apresentar saldos negativos nas transações de bens e serviços com o exterior, ainda que em menor escala do que em 2019. Em 2020, estes saldos foram representativos de 15,4% e 3,8% dos volumes de negócios do comércio e da eletricidade e água, respetivamente, correspondentes a melhorias de 0,6 pp e de 2,6 pp em relação a 2019. A indústria registou o saldo positivo mais elevado (16,2%), seguida pelos outros serviços (8,2%), pela agricultura e pescas (6,7%) e pela construção (4,8%).

Relativamente a 2019, destaque-se a redução dos saldos das transações com o exterior na construção e nos outros serviços (1,2 pp e 1,0 pp, respetivamente).

### Os gastos da atividade operacional diminuíram menos do que o volume de negócios.

Em 2020, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava 57% dos gastos associados à atividade operacional<sup>11</sup> das empresas, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) (25%) e os gastos com o pessoal (18%) (Gráfico I.3.3). Esta estrutura não se alterou significativamente em relação a 2019, não obstante a maior relevância da parcela relativa aos gastos com o pessoal (1 pp).

**Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2020)**



A estrutura dos gastos da atividade operacional de cada classe de dimensão era semelhante à observada para o total das empresas. Ainda assim, o peso do CMVMC era menor nas microempresas (50%) e mais elevado nas grandes empresas (64%). Esta diferença era compensada pela maior relevância dos FSE e dos gastos com o pessoal na estrutura dos gastos da atividade operacional das empresas de menor dimensão.

Com exceção da construção e dos outros serviços, o CMVMC constituía a componente mais significativa dos gastos da atividade operacional da maioria dos setores de atividade. O peso desta componente era mais elevado no comércio (80%) e na eletricidade e água (74%). Nos outros serviços e na construção, os FSE assumiam a primazia, representando, respetivamente, 50% e 46% dos gastos da atividade operacional destes setores.

<sup>11</sup> O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Os gastos da atividade operacional diminuíram 8,1% em relação a 2019, queda inferior à redução de 9,5% registada pelo volume de negócios das empresas não financeiras (Quadro I.3.1). Em 2019, os gastos da atividade operacional tinham aumentado 3,5% em relação ao ano anterior, 0,2 pp abaixo do crescimento do volume de negócios ocorrido no mesmo período.

Para a diminuição dos gastos da atividade operacional registada entre 2019 e 2020 contribuíram todas as componentes, com destaque para os FSE (quebra de 9,9%) e o CMVMC (quebra de 9,1%).

**Quadro I.3.1 • Gastos da atividade operacional e volume de negócios | Taxa de crescimento anual (2020)**

	CMVMC	FSE	Gastos com o pessoal	Gastos da ativ. operacional	Volume de negócios	
<b>Total das empresas</b>	<b>-9,1%</b>	<b>-9,9%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-9,5%</b>	
Por classes de dimensão	Microempresas	-4,7%	1,8%	-4,6%	-6,8%	
	Peq. e méd. empresas	-5,6%	-8,7%	-0,7%	-7,0%	
	Grandes empresas	-13,3%	-12,4%	-4,5%	-11,9%	-13,0%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	1,2%	0,4%	6,2%	1,9%	0,6%
	Indústria	-13,5%	-9,0%	-2,3%	-10,8%	-10,8%
	Eletricidade e água	-9,9%	-0,2%	6,3%	-7,2%	-5,4%
	Construção	1,5%	3,3%	4,1%	2,9%	3,3%
	Comércio	-7,1%	-7,1%	-0,3%	-6,5%	-6,8%
	Outros serviços	-13,0%	-15,1%	-3,5%	-11,2%	-16,7%

Nota: O sombreado escuro destaca os maiores decréscimos, por classe de dimensão e por setor de atividade económica. O sombreado claro identifica todas as descidas.

A diminuição dos gastos da atividade operacional foi transversal às diferentes classes de dimensão: 4,6% nas microempresas, 5,6% nas pequenas e médias empresas e 11,9% nas grandes empresas. À semelhança do verificado para o total das empresas, a diminuição dos gastos da atividade operacional foi, nas diferentes classes de dimensão, inferior à redução do respetivo volume de negócios.

Os gastos da atividade operacional também diminuíram na generalidade dos setores de atividade. Os outros serviços e a indústria apresentaram os maiores decréscimos (11,2% e 10,8%, respetivamente). Apenas nos setores da construção e da agricultura e pescas se observaram aumentos dos gastos da atividade operacional (2,9% e 1,9%, respetivamente). Estes foram igualmente os únicos setores cujo volume de negócios cresceu em 2020. É de destacar o aumento do volume de negócios no setor da construção, que inclusivamente superou o aumento dos respetivos gastos da atividade operacional. Nos demais setores, a redução dos gastos da atividade operacional esteve genericamente em linha ou foi superior ao decréscimo do volume de negócios, constituindo os outros serviços a exceção mais notória. Neste setor, os gastos da atividade operacional diminuíram menos do que o respetivo volume de negócios.

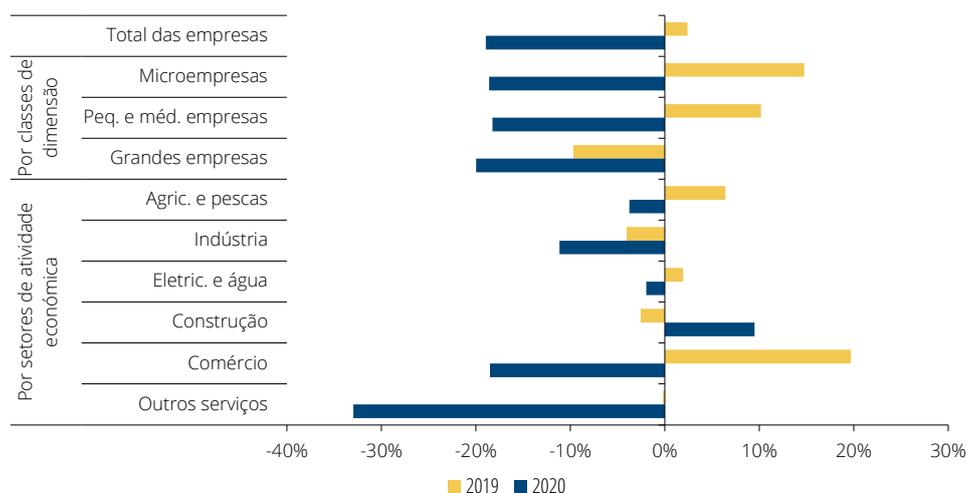
Em 2020, todas as componentes dos gastos operacionais dos outros serviços, da indústria e do comércio decresceram. Em contraponto, na construção, todas as componentes dos gastos da atividade operacional aumentaram. Por classes de dimensão, as quedas das diferentes componentes foram mais elevadas nas grandes empresas (13,3% no caso do CMVMC; 12,4% no que respeita aos FSE e 4,5% no que se refere aos gastos com o pessoal). As microempresas foram a única classe de dimensão cujos gastos com o pessoal aumentaram em relação a 2019 (1,8%).

### A redução do EBITDA foi transversal às várias classes de dimensão e à generalidade dos setores de atividade.

O EBITDA<sup>12</sup> das empresas diminuiu 19,0% em 2020 (aumento de 2,4% em 2019) (Gráfico I.3.4). A redução do EBITDA foi registada por todas as classes de dimensão e pela generalidade dos setores de atividade económica, com exceção da construção.

O EBITDA das grandes empresas diminuiu 20,0% em 2020. Esta redução foi superior às quedas de 18,6% e de 18,2% verificadas, respetivamente, nas microempresas e nas pequenas e médias empresas.

**Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual**



A diminuição do EBITDA foi mais pronunciada nos outros serviços: redução de 33,0%, depois de uma variação marginalmente negativa em 2019. Também no comércio e na indústria foram registados decréscimos significativos dos respetivos EBITDA: 18,5% e 11,1%, respetivamente. Em contraponto, o setor da construção registou uma subida do respetivo EBITDA: 9,5%, crescimento que compara com um decréscimo de 2,6% em 2019. A análise da evolução do EBITDA, tendo em conta o detalhe por Divisão da CAE-Rev. 3 permite corroborar a elevada presença de atividades associadas aos outros serviços entre as atividades com as mais expressivas descidas da taxa de variação anual do EBITDA em 2020, com destaque para a desaceleração do EBITDA observada nos transportes aéreos (Divisão 51 da CAE-Rev.3). Saliente-se ainda, no comércio, a desaceleração verificada no comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos (Divisão 45 da CAE-Rev.3).

### A parcela de empresas com crescimento do EBITDA diminuiu, e aumentou a proporção de empresas com EBITDA negativo.

Em 2020, a percentagem das empresas que aumentaram o EBITDA diminuiu 5 pp relativamente ao observado em 2019, para 37% (Quadro I.3.2).

<sup>12</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

**Quadro I.3.2 • Empresas com crescimento anual do EBITDA e empresas com EBITDA negativo**

		Peso das empresas com crescimento anual do EBITDA		Peso das empresas com EBITDA negativo	
		2019	2020	2019	2020
<b>Total das empresas</b>		<b>41,7%</b>	<b>36,8%</b>	<b>31,1%</b>	<b>38,0%</b>
Por classes de dimensão	Microempresas	40,4%	36,1%	33,4%	40,0%
	Peq. e méd. empresas	52,6%	42,5%	12,3%	21,2%
	Grandes empresas	56,4%	42,8%	8,2%	16,2%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	42,5%	41,8%	27,9%	30,2%
	Indústria	43,0%	38,8%	26,8%	32,3%
	Eletricidade e água	41,6%	37,6%	31,9%	34,6%
	Construção	42,3%	40,4%	27,5%	30,5%
	Comércio	41,8%	40,0%	30,9%	35,0%
	Outros serviços	41,3%	33,9%	32,8%	42,4%

A percentagem de empresas cujo EBITDA aumentou era menor nas microempresas (36%) e mais elevada nas pequenas e médias empresas e nas grandes empresas (43%, em ambos os casos). Atendendo ao setor de atividade económica, a proporção de empresas com crescimento do EBITDA variou entre os 34% nos outros serviços (setor no qual a redução desta proporção foi mais significativa em relação a 2019: 7 pp) e os 42% na agricultura e pescas (neste caso, menos 1 pp do que em 2019).

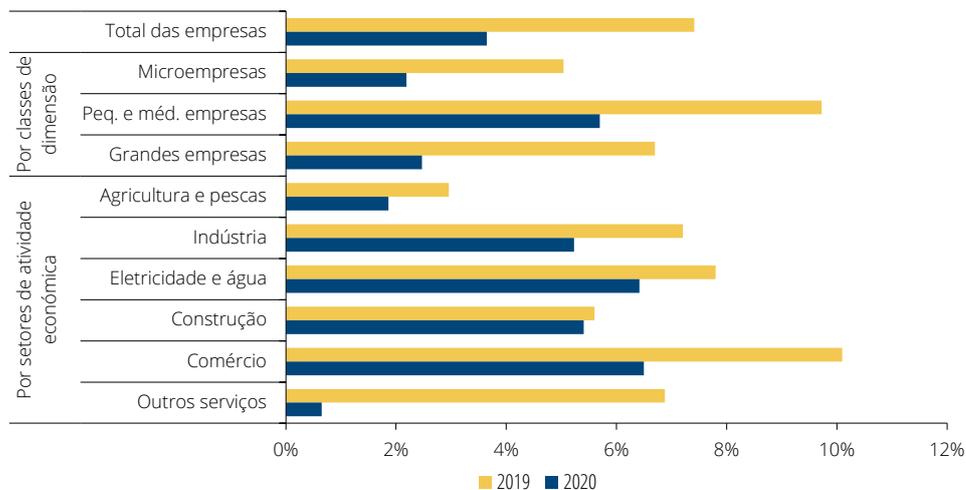
Em 2020, 38% das empresas apresentaram EBITDA negativo, percentagem 7 pp superior à registada em 2019. O EBITDA foi negativo em 40% das microempresas, em 21% das pequenas e médias empresas e em 16% das grandes empresas. Em termos setoriais, o peso das empresas com EBITDA negativo situou-se entre os 30%, na agricultura e pescas, e os 42%, nos outros serviços. Neste último conjunto de atividades, a proporção de empresas com EBITDA negativo aumentou 10 pp em relação a 2019 (subida que compara com aumentos que variaram entre os 2 pp, na agricultura e pescas, e os 5 pp, na indústria).

**A rentabilidade dos capitais próprios reduziu-se para metade da observada em 2019.**

A rentabilidade dos capitais próprios<sup>13</sup> das empresas diminuiu 3,8 pp em 2020, para 3,6% (Gráfico I.3.5). A redução da rentabilidade foi transversal a todas as classes de dimensão e a todos os setores de atividade económica tendo sido determinada, de forma geral, pela redução da rentabilidade operacional (compensada marginalmente pela diminuição das restantes componentes do resultado líquido, entre as quais os gastos de financiamento).

<sup>13</sup> A rentabilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

**Gráfico I.3.5 • Rendibilidade dos capitais próprios**



Esta redução foi mais significativa nas empresas de maior dimensão. A rendibilidade dos capitais próprios das grandes empresas situou-se em 2,5%, na sequência de uma descida de 4,2 pp em relação a 2019. Nas pequenas e médias empresas, a redução teve uma magnitude similar (4,0 pp), mas estas permaneceram, ainda assim, como a classe de dimensão com a rendibilidade dos capitais próprios agregada mais elevada (5,7%, valor que compara com 2,2% nas microempresas, agregado cuja rendibilidade diminuiu 2,9 pp relativamente a 2019).

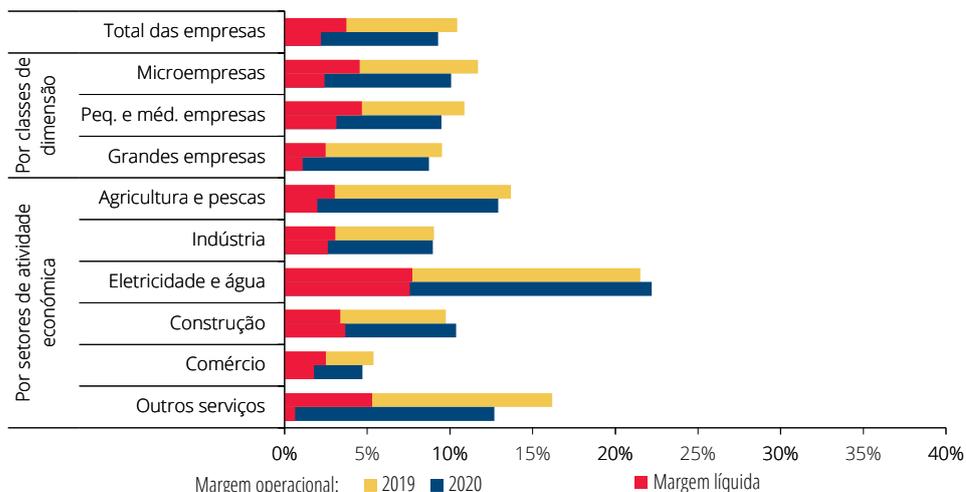
A nível setorial, a diminuição da rendibilidade dos capitais próprios foi mais significativa nos outros serviços. Neste setor, em termos agregados, a rendibilidade dos capitais próprios situou-se em 0,6%, valor 6,2 pp inferior ao observado em 2019. Também o setor do comércio registou uma queda significativa deste indicador: 3,6 pp, para 6,5% em 2020. Manteve, ainda assim, pelo segundo ano consecutivo, a rendibilidade dos capitais próprios mais elevada de entre os agregados setoriais analisados. Seguiu-se a eletricidade e água (6,4%, depois de uma redução de 1,4 pp em relação a 2019). No extremo oposto, além do setor dos outros serviços, situava-se a agricultura e pescas, com uma rendibilidade dos capitais próprios de 1,9%, inferior em 1,1 pp à registada em 2019.

**Em 2020, 44,5% das empresas apresentaram resultado líquido negativo.**

Em 2020, a margem operacional do total das empresas (indicador que relaciona o EBITDA com o total de rendimentos<sup>14</sup>) diminuiu 1,2 pp em relação a 2019, para 9,3% (Gráfico I.3.6).

<sup>14</sup> Por uma questão de simplificação, utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos”, que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Gráfico I.3.6 • Margem operacional e margem líquida



A diminuição da margem operacional foi transversal às várias classes de dimensão, com as quedas a oscilarem entre 0,8 pp, nas grandes empresas, e 1,6 pp, nas microempresas. Esta última classe de dimensão continuou a apresentar, ainda assim, a margem operacional mais elevada: 10,1%, valor que compara com 9,5%, nas pequenas e médias empresas, e 8,7%, nas grandes empresas.

Por setores de atividade económica, a eletricidade e água continuou a registar a margem operacional mais elevada (22,2%). Este setor e o da construção (10,4%) foram os únicos que não apresentaram quebras da margem operacional em 2020 (crescimentos de 0,7 pp e 0,6 pp, respetivamente). Na situação oposta, os outros serviços registaram a maior diminuição da margem operacional (3,5 pp, para 12,7%). O comércio, cuja margem operacional decresceu 0,7 pp em 2020, continuava a apresentar a margem operacional mais reduzida (4,7%).

A margem líquida das empresas (indicador que relaciona o resultado líquido com os rendimentos do período) diminuiu 1,6 pp em relação a 2019, situando-se em 2,2%.

Por classes de dimensão, as pequenas e médias empresas e as microempresas apresentavam as margens líquidas mais elevadas (3,1% e 2,4%, respetivamente), ainda que tenham sido os agregados cujas margens líquidas mais diminuíram em 2020 (1,6 pp e 2,1 pp, respetivamente). A margem líquida das grandes empresas era inferior (1,1%), mas esta foi a classe de dimensão na qual este indicador menos diminuiu (decréscimo de 1,4 pp).

A eletricidade e água continuava a apresentar a margem líquida mais elevada: 7,6%. Seguiu-se a construção, com 3,7%. O setor dos outros serviços registava a margem líquida mais reduzida: 0,6%, menos 4,7 pp do que em 2019. A queda da margem líquida foi transversal à generalidade dos setores, constituindo a construção a única exceção (crescimento de 0,3 pp).

Em 2020, 44,5% das empresas apresentaram resultado líquido negativo, percentagem 7,6 pp superior à observada em 2019.

Esta situação foi registada por 46,2% das microempresas, 29,9% das pequenas e médias empresas e 28,8% das grandes empresas, proporções superiores em 7,0 pp, 11,4 pp e 12,4 pp, respetivamente, às verificadas em 2019.

O peso das empresas com resultado líquido negativo variou entre os 35,1%, na construção, e os 49,6%, nos outros serviços. Em relação a 2019, é de destacar o aumento da proporção de empresas com resultado líquido negativo nos outros serviços (10,2 pp) e na indústria (6,8 pp, para 39,5%). A percentagem de empresas com resultado líquido negativo cresceu em torno de 3 pp na agricultura e pescas, na eletricidade e água e na construção (para 41%, nos dois primeiros casos).

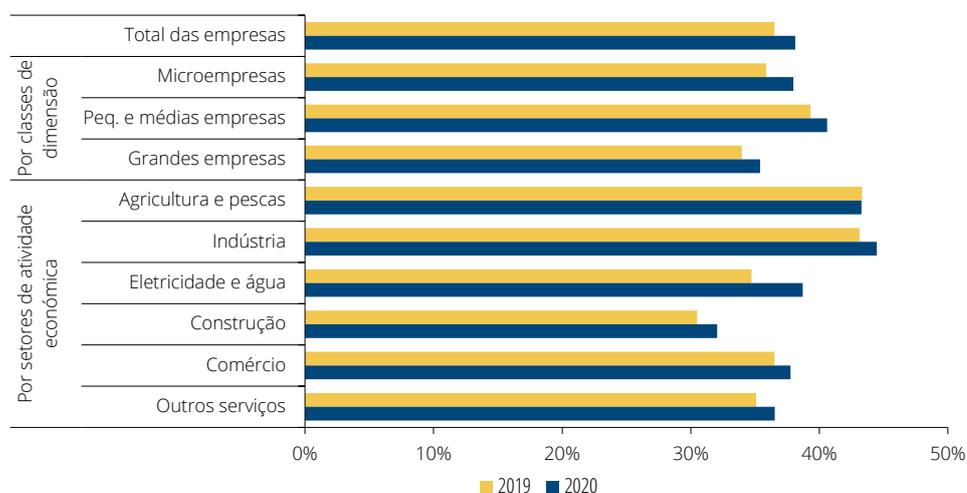
## 4 Situação financeira

Neste capítulo, analisa-se a situação financeira das empresas não financeiras em 2020 e a sua evolução relativamente a 2019.

### A autonomia financeira das empresas aumentou.

A autonomia financeira das empresas ascendeu a 38,1% em 2020, valor 1,6 pp superior ao registado em 2019 (Gráfico I.4.1).

Gráfico I.4.1 • Autonomia financeira

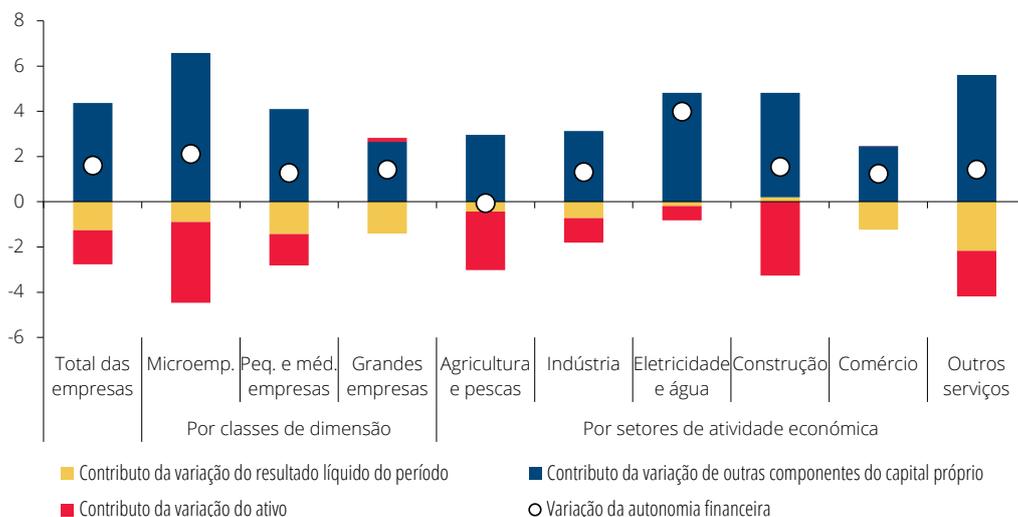


A autonomia financeira aumentou nas várias classes de dimensão: 2 pp nas microempresas e 1 pp tanto nas grandes empresas como nas pequenas e médias empresas.

O reforço da autonomia financeira agregada foi determinado por variações positivas das outras componentes de capital próprio (entre as quais se incluem entradas de capital e a incorporação de resultados transitados de períodos anteriores), que mais do que compensaram a redução do resultado líquido do período e a expansão do total do ativo (com exceção das grandes empresas, agregado em que também a descida do ativo contribuiu para a expansão do respetivo rácio de autonomia financeira) (Gráfico I.4.2).

Em 2020, as pequenas e médias empresas apresentavam a autonomia financeira mais elevada de entre as várias classes de dimensão: 40,6%, valor superior aos 38,0% e aos 35,4% associados às microempresas e às grandes empresas, respetivamente.

**Gráfico I.4.2 • Autonomia financeira | Contributos para a variação entre 2020 e 2019 (em pontos percentuais)**



Em termos setoriais, a autonomia financeira era mais elevada no setor da indústria (44,5%), seguindo-se a agricultura e pescas (43,3%). No extremo oposto situava-se a construção (32,0%).

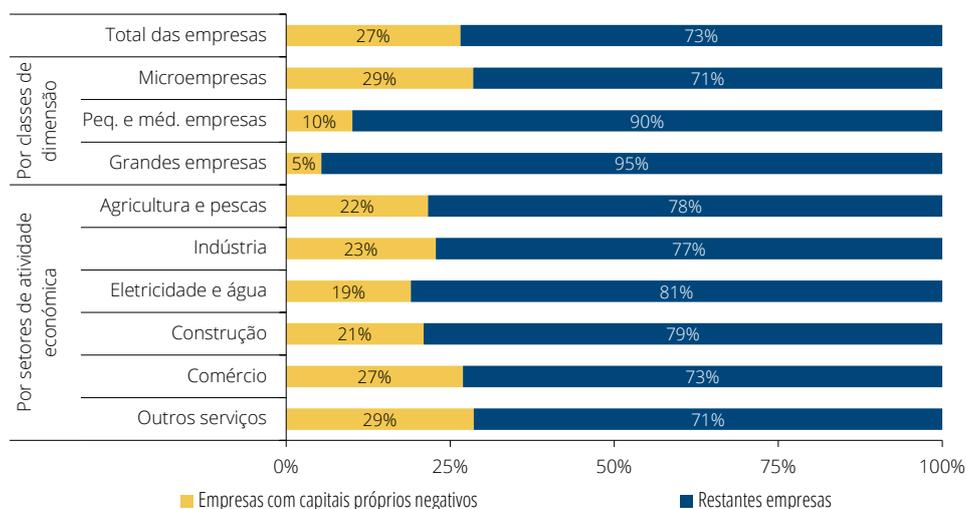
O aumento da autonomia financeira foi transversal à generalidade dos setores de atividade, constituindo a agricultura e pescas a única exceção (a autonomia financeira deste setor diminuiu marginalmente). Ainda assim, esta subida oscilou em torno de 1 pp na maioria dos setores. O aumento foi apenas mais expressivo na eletricidade e água (4 pp).

No setor dos outros serviços, a autonomia financeira não evoluiu uniformemente. As telecomunicações e as atividades dos serviços de informação (Divisões 61 e 63 da CAE-Rev.3) estiveram entre as atividades cuja autonomia financeira mais aumentou. Pelo contrário, nos transportes aéreos e nas atividades ligadas às agências de viagem (Divisões 51 e 79), observaram-se as maiores reduções. O setor dos outros serviços era o que apresentava o maior número de atividades entre aquelas cuja autonomia financeira diminuiu em 2020.

#### **Mais de um quarto das empresas apresentava capitais próprios negativos.**

Em 2020, 27% das empresas apresentavam capitais próprios negativos, mais 1 pp do que em 2019 (Gráfico I.4.3). O aumento da percentagem de empresas com capitais próprios negativos contrasta com o crescimento da autonomia financeira observado em 2020 (facto que decorre do menor contributo das empresas com capitais próprios negativos para a determinação do valor agregado da autonomia financeira do total das empresas).

**Gráfico I.4.3 • Percentagem de empresas com capitais próprios negativos (2020)**



A proporção de empresas com capitais próprios negativos era mais elevada nas microempresas (29%), e decrescia com a dimensão das empresas (10% nas pequenas e médias empresas e 5% nas grandes empresas). Em qualquer dos casos, estes valores eram superiores em cerca de 1 pp aos observados em 2019.

Os outros serviços e o comércio eram os setores com maior percentagem de empresas com capitais próprios negativos: 29% e 27%, respetivamente. No extremo oposto encontrava-se a eletricidade e água, o setor com a mais baixa percentagem de empresas nesta situação (19%). A proporção de empresas com capitais próprios negativos aumentou na generalidade dos setores de atividade económica, e este crescimento foi mais pronunciado nos outros serviços (1,9 pp). Apenas no setor do comércio se verificou uma diminuição da proporção de empresas com capitais próprios negativos (de 0,3 pp).

**O passivo das empresas aumentou, associado à expansão da dívida remunerada.**

A dívida remunerada<sup>15</sup> continuou a constituir a principal fonte de financiamento alheio das empresas em 2020, ao representar 54% do passivo agregado das empresas não financeiras (52%, em 2019) (Gráfico I.4.4). As dívidas a fornecedores correspondiam a 15% do passivo (16% em 2019). A restante parcela correspondia a outros passivos<sup>16</sup>.

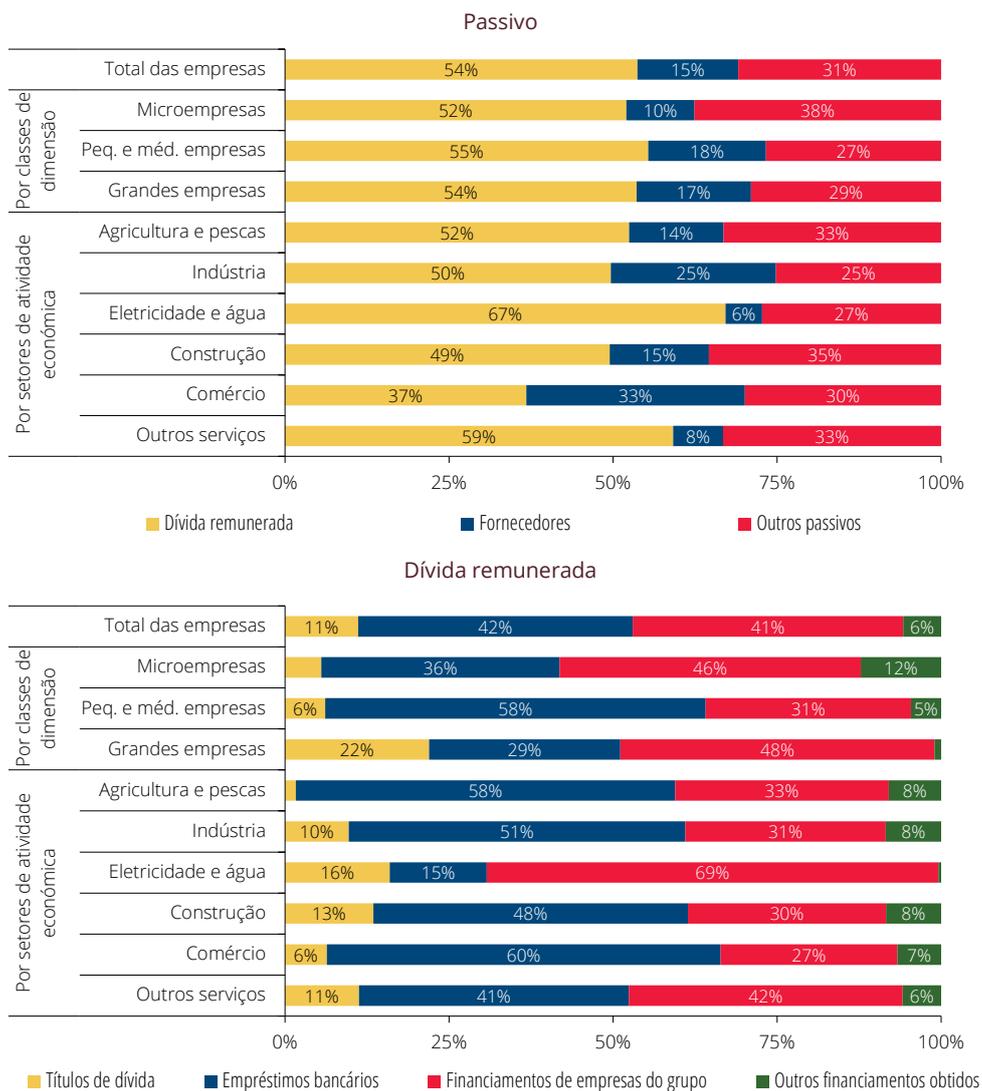
A dívida remunerada representava 52% do passivo das microempresas, percentagem que compara com 55% nas pequenas e médias empresas e 54% nas grandes empresas. Em relação a 2019, a relevância desta componente do passivo aumentou em todas as classes de dimensão: 1,7 pp no caso das microempresas, 1,4 pp no caso das pequenas e médias empresas e 0,7 pp no caso das grandes empresas.

A dívida remunerada era mais preponderante na eletricidade e água e nos outros serviços (totalizava 67% e 59% do passivo, respetivamente) e, pelo contrário, menos expressiva no comércio (37%). Relativamente a 2019, a relevância desta componente do passivo aumentou em todos os setores de atividade, destacando-se as variações de 1,7 pp na indústria e no comércio.

<sup>15</sup> A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

<sup>16</sup> A classe “Outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

Gráfico I.4.4 • Passivo | Estrutura (2020)



Os empréstimos bancários<sup>17</sup> e os financiamentos de empresas do grupo constituíam, em 2020, as componentes mais relevantes da dívida remunerada, representando 42% e 41%, respetivamente, da dívida remunerada total. Seguiam-se os títulos de dívida, representativos de 11% da dívida remunerada das empresas não financeiras.

Os empréstimos bancários representavam mais de metade da dívida remunerada das pequenas e médias empresas (58%). Já no caso das grandes empresas e das microempresas, a maior parcela da dívida remunerada correspondia a financiamentos de empresas do grupo (48% e 46%<sup>18</sup> das respetivas dívidas remuneradas).

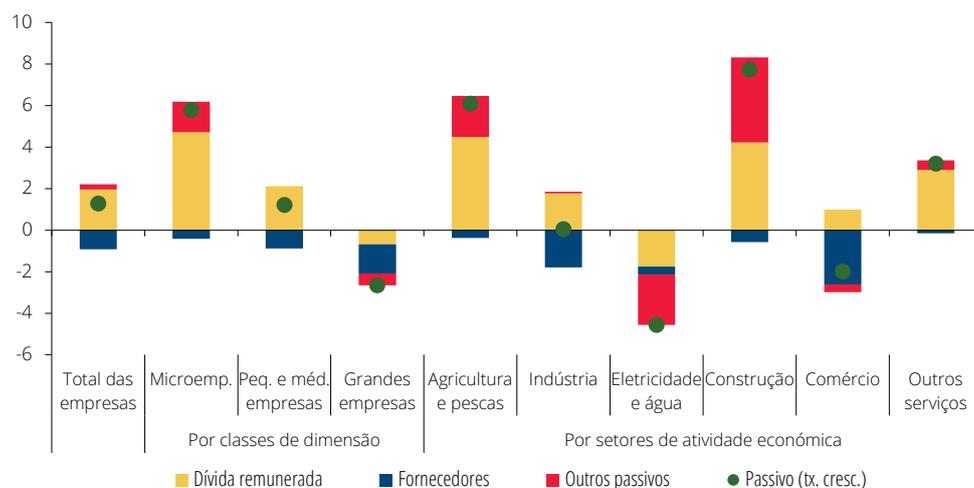
<sup>17</sup> A Caixa 1 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

<sup>18</sup> A relevância dos financiamentos de empresas do grupo nas microempresas resulta do impacto de um grupo limitado de empresas com reduzida atividade integradas em grupos económicos.

A maior parcela da dívida remunerada das empresas da generalidade dos setores de atividade, em termos agregados, estava associada a empréstimos bancários. Tal apenas não se verificava na eletricidade e água e, marginalmente, nos outros serviços, setores nos quais os financiamentos de empresas do grupo assumiam maior preponderância (69% e 42% das respetivas dívidas remuneradas). Nos demais setores, o peso dos empréstimos bancários na respetiva dívida remunerada oscilava entre os 48%, na construção, e os 60%, no comércio.

O passivo das empresas não financeiras aumentou 1,3% relativamente a 2019 (depois de ter crescido 3,3% entre 2018 e 2019) (Gráfico I.4.5). A dívida remunerada subiu 3,7% e os outros passivos 0,8%. A dívida a fornecedores diminuiu 5,6%.

**Gráfico I.4.5 • Passivo | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem) por classes de dimensão e setores de atividade (2020)**



O aumento do passivo das empresas não financeiras observado entre 2019 e 2020 esteve associado à evolução do passivo das empresas de menor dimensão, que cresceu 5,8% nas microempresas e 1,2% nas pequenas e médias empresas. Pelo contrário, o passivo das grandes empresas diminuiu 2,7%. A expansão da dívida remunerada esteve essencialmente associada às empresas de menor dimensão (crescimentos de 9% nas microempresas e de 4% nas pequenas e médias empresas), situação determinada, em grande medida, pelo impacto das medidas de apoio ao financiamento das empresas no contexto da pandemia (com destaque para as moratórias e as linhas de crédito com garantia pública)<sup>19</sup>.

Em termos setoriais, é de destacar o aumento do passivo das empresas dos setores da construção (7,7%), da agricultura e pescas (6,1%) e dos outros serviços (3,2%). Em contraponto, diminuíram os passivos da eletricidade e água e do comércio (reduções de 4,6% e 2,0%, respetivamente).

### Os gastos de financiamento caíram pelo oitavo ano consecutivo.

Os gastos de financiamento<sup>20</sup> das empresas diminuíram, em termos agregados, 4,9% em 2020 (Quadro I.4.1), ainda que a dívida remunerada tenha aumentado 3,7%.

Os gastos de financiamento das grandes empresas e das pequenas e médias empresas diminuíram 6,7% e 6,4%, respetivamente; no caso das microempresas, aumentaram 1,4%.

<sup>19</sup> Para mais informações, pode ser consultado o *Relatório de Estabilidade Financeira* de dezembro de 2021, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

<sup>20</sup> O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Em termos setoriais, é de destacar a diminuição dos gastos de financiamento das empresas dos setores do comércio (7,2%), da indústria (6,4%) e dos outros serviços (6,0%). Os gastos de financiamento também se reduziram na eletricidade e água e na agricultura e pescas (3% e 2%, respetivamente). Pelo contrário, na construção, os gastos de financiamento aumentaram 2,9%.

**Quadro I.4.1 • Taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento e pressão financeira**

		Taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento		Pressão financeira (Gastos de financiamento/EBITDA)	
		2019	2020	2019	2020
<b>Total das empresas</b>		<b>-1,5%</b>	<b>-4,9%</b>	<b>13,5%</b>	<b>15,9%</b>
Por classes de dimensão	Microempresas	3,0%	1,4%	15,0%	18,7%
	Peq. e méd. empresas	-5,2%	-6,4%	12,4%	14,2%
	Grandes empresas	0,2%	-6,7%	14,2%	16,5%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	5,2%	-2,3%	11,2%	11,4%
	Indústria	0,0%	-6,4%	8,9%	9,4%
	Eletricidade e água	-13,7%	-2,8%	18,1%	18,0%
	Construção	-22,3%	2,9%	21,1%	19,8%
	Comércio	14,2%	-7,2%	9,1%	10,4%
	Outros serviços	4,2%	-6,0%	15,7%	22,0%

Nota: O sombreado identifica os valores mais elevados (em termos absolutos), por classes de dimensão e por setores de atividade económica.

### **A pressão financeira aumentou, na sequência da contração da rentabilidade operacional.**

Em 2020, o rácio de pressão financeira das empresas, avaliado pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA, aumentou 2,4 pp, para 15,9%. Esta subida decorreu da contração do EBITDA agregado das empresas não financeiras, uma vez que os gastos de financiamento diminuiram relativamente a 2019.

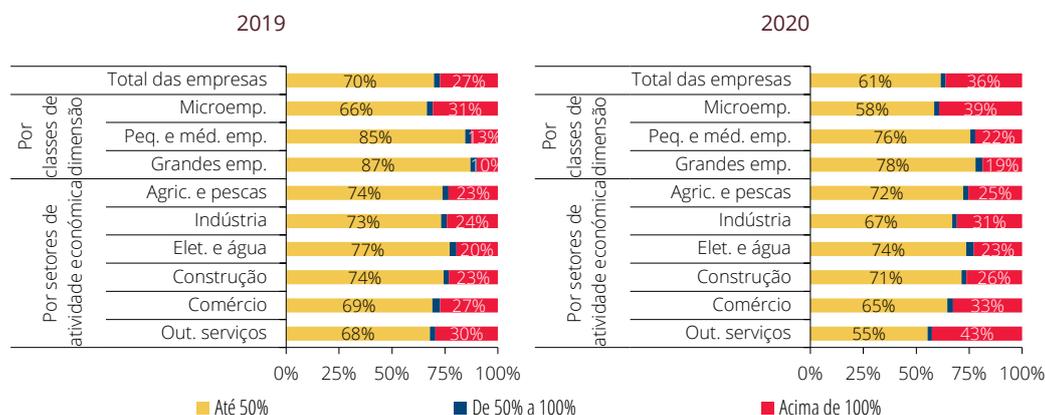
A pressão financeira aumentou 3,7 pp nas microempresas, 2,4 pp nas grandes empresas e 1,8 pp nas pequenas e médias empresas, situando-se em 2020, respetivamente, em 18,7%, 16,5% e 14,2%.

Os outros serviços foram, pela primeira vez desde 2006 (série de dados disponível), o agregado setorial com o nível de pressão financeira mais elevado: 22,0%, mais 6,3 pp do que em 2019. Esta evolução contrasta com a diminuição de 1,3 pp registada na construção, setor que apresentava o segundo nível mais elevado de pressão financeira em 2020 (19,8%). Com exceção deste setor e da eletricidade e água (cujo nível de pressão financeira se reduziu marginalmente), os demais setores registaram aumentos dos respetivos níveis de pressão financeira. Destacaram-se os crescimentos em torno de 1 pp na indústria e no comércio, setores que, ainda assim, continuavam a apresentar, em 2020, os níveis mais baixos de pressão financeira (em torno de 10%). É de salientar a significativa presença de atividades ligadas aos outros serviços no conjunto de Divisões da CAE-Rev. 3 cuja pressão financeira mais aumentou entre 2019 e 2020, nomeadamente as atividades artísticas, desportivas e recreativas e as outras atividades de serviços (em particular as associadas às Divisões 90, 93, 94 e 96 da CAE-Rev.3). São ainda de destacar as atividades que registaram, em termos agregados, valores do EBITDA negativos, incluindo, entre outras, os transportes aéreos, o alojamento, a restauração e as agências de viagem (Divisões 51, 55, 56 e 79 da CAE-Rev.3).

## Mais de um terço das empresas gerou EBITDA insuficiente para cobrir os gastos de financiamento.

Em 2020, mais de um terço das empresas (36%) não gerou EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento, proporção 9 pp superior à observada em 2019 (Gráfico I.4.6).

Gráfico I.4.6 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes



Estavam nesta situação, 39% das microempresas, 22% das pequenas e médias empresas e 19% das grandes empresas.

Por setor de atividade económica, o peso das empresas com EBITDA inferior aos gastos de financiamento era mais elevado nos outros serviços (43%). Nos restantes setores, esta percentagem variou entre os 23%, registados na eletricidade e água, e os 33%, observados no comércio.

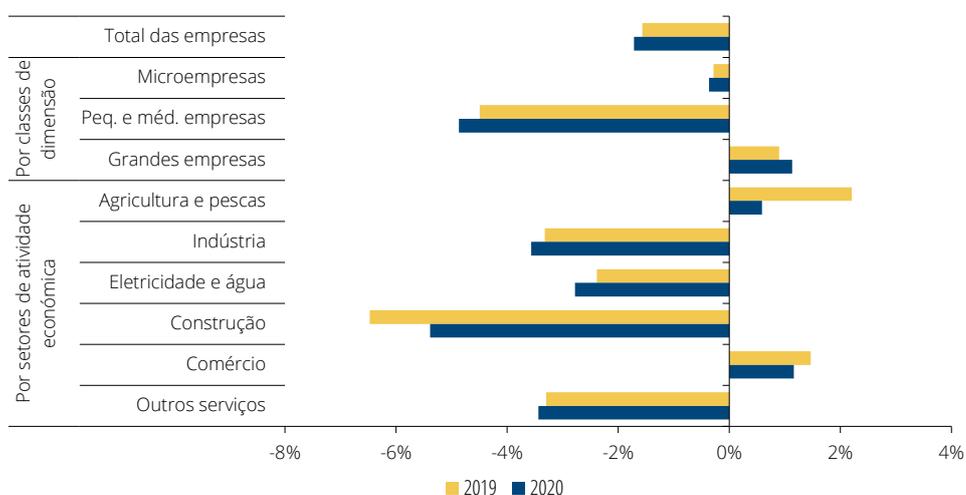
Em comparação com 2019, o peso das empresas com EBITDA insuficiente para suprir os gastos de financiamento aumentou em torno de 9 pp nas diferentes classes de dimensão. Por setores de atividade económica, este crescimento foi mais notório nos outros serviços, setor no qual a parcela de empresas com EBITDA insuficiente para cobrir os gastos de financiamento aumentou 13 pp. Nos restantes setores, os aumentos oscilaram entre 2 pp, variação registada na agricultura e pescas, e 7 pp, na indústria.

Ainda assim, a maior parte das empresas (61%) registou um nível de pressão financeira inferior a 50%. A parcela de empresas com um nível de pressão financeira inferior a 50% era tanto maior quanto a classe de dimensão das empresas: 58% nas microempresas, 76% nas pequenas e médias empresas e 78% nas grandes empresas. Em termos setoriais, a proporção de empresas com pressão financeira inferior a 50% situou-se entre os 55%, nos outros serviços, e os 74%, na eletricidade e água.

## O indicador de financiamento líquido por dívida comercial das empresas deteriorou-se marginalmente.

Em 2020, o financiamento por dívida comercial representava 15% do passivo das empresas. O saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes, avaliado em termos líquidos, manteve-se negativo e foi equivalente a 1,7% do volume de negócios do total das empresas, valor marginalmente inferior ao observado em 2019 (Gráfico I.4.7). Esta situação indica que, em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíam uma fonte de financiamento, mas antes uma aplicação das empresas no financiamento dos seus clientes.

**Gráfico I.4.7 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios**



Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).

O financiamento líquido por dívida comercial foi negativo nas pequenas e médias empresas, num montante correspondente a 4,9% do respetivo volume de negócios, e nas microempresas, em 0,4% do respetivo volume de negócios (reduções de 0,4 pp e 0,1 pp relativamente a 2019, ano em que este indicador tinha sido igualmente negativo em ambos os casos). Já nas grandes empresas, o financiamento líquido por dívida comercial manteve-se positivo pelo terceiro ano consecutivo, depois de, em todos os anos anteriores da série de dados disponível, ter apresentado valores negativos. Em 2020, esse diferencial foi equivalente a 1,1% do volume de negócios desta classe de dimensão (valor 0,2 pp superior ao observado no ano anterior).

Em termos setoriais, apenas o comércio e a agricultura e pescas registaram financiamentos líquidos por dívida comercial positivos, equivalentes a 1,2% e a 0,6% dos respetivos volumes de negócios. Em oposição, a construção apresentava o saldo mais negativo, correspondente a 5,4% do respetivo volume de negócios. Este foi, não obstante, o único setor a observar uma subida deste indicador em relação a 2019 (1,1 pp). O financiamento líquido por dívida comercial diminuiu nos demais setores e, de forma mais significativa, na agricultura e pescas (redução de 1,6 pp).

### **Apesar da pandemia, a liquidez das empresas aumentou.**

Em 2020, o indicador de liquidez geral das empresas (que traduz em que medida o endividamento corrente se encontra coberto por ativos que podem vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos também no curto prazo) ascendeu a 145%, um valor 6 pp superior ao observado em 2019. Esta evolução indica que, apesar da pandemia e do respetivo impacto sobre a rentabilidade operacional das empresas, o seu endividamento de curto prazo estava totalmente coberto por ativos de curto prazo (depósitos bancários, inventários e dívidas de clientes de curto prazo).

O reforço da liquidez geral foi mais significativo nas pequenas e médias empresas (aumento de 13 pp, para 157%) e nas microempresas (aumento de 7 pp para 174%). Nas grandes empresas, em contraponto, a liquidez geral diminuiu 2 pp (para 109%).

Por setor de atividade económica, a liquidez geral aumentou de forma mais significativa na eletricidade e água (14 pp, para 111%) e na construção (11 pp, para 193%). Os outros serviços registaram um crescimento marginal do respetivo indicador de liquidez geral, para 139%.

A Caixa 1 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” apresenta informação adicional sobre os empréstimos concedidos pelos bancos residentes às empresas portuguesas e as respetivas situações de incumprimento. Os dados revelam, nos últimos anos, uma inversão da tendência, registada até 2019, de diminuição do crédito bancário associado às empresas não financeiras, mantendo-se a tendência de redução dos níveis de incumprimento.

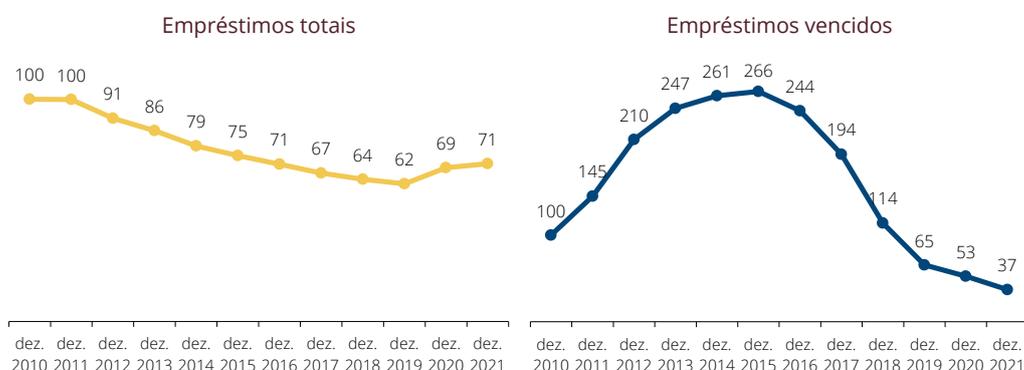
Apresenta-se, na Caixa 2 “Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2021”, uma análise da evolução dos principais indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras em 2021, com base na informação trimestral disponível (até ao terceiro trimestre de 2021). Estes dados mostram que, no primeiro trimestre, a atividade das empresas em Portugal prosseguiu a trajetória de contração observada em 2020. Esta tendência inverteu-se, nos trimestres seguintes, e refletiu-se nos níveis agregados de rentabilidade, levando inclusivamente a uma diminuição dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos comparativamente com os observados em 2019.

### Caixa 1 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente<sup>21</sup>

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, o montante de empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente<sup>22</sup> às empresas não financeiras era, no final de 2021, 3% superior ao registado no final de 2020 e 14% acima do valor observado no final de 2019. Esta evolução representa uma inversão da tendência de redução deste montante registada ao longo da década anterior. Ainda assim, o *stock* de empréstimos concedidos representava, no final de 2021, apenas 71% do valor verificado no final de 2010 (Gráfico C1.1).

Já o montante de empréstimos vencidos<sup>23</sup>, que tinha aumentado até 2015, continuou a diminuir. No final de 2021, o *stock* de empréstimos vencidos equivalia a 37% do *stock* registado no final de 2010 e a 56% do observado no final de 2019.

**Gráfico C1.1 • Evolução do financiamento obtido junto do sistema bancário residente e respetivos empréstimos vencidos (final de 2010=100, valores em fim de período)**



Nota: A rubrica “Empréstimos totais” agrega os financiamentos obtidos por empresas não financeiras junto do sistema bancário residente, independentemente de estes se encontrarem em situação regular ou em incumprimento (“Empréstimos vencidos”).

No final de 2021, 51% do montante de empréstimos concedidos às empresas não financeiras concentrava-se nas pequenas e médias empresas, 31% nas microempresas e 18% nas grandes empresas (Gráfico C1.2). Entre o final de 2010 e o final de 2021, a distribuição por classes de dimensão praticamente não se alterou. Ainda assim, é de destacar o aumento do peso dos empréstimos concedidos às grandes empresas (3 pp), por contrapartida da redução da parcela associada às microempresas (4 pp).

Por setores de atividade económica, no final de 2021, os outros serviços agregavam 42% dos empréstimos concedidos às empresas não financeiras. Seguiam-se a indústria (21% dos empréstimos), o comércio (18%) e a construção (9%). Entre o final de 2010 e o final de 2021, o

<sup>21</sup> Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Caderno n.º 5 do Banco de Portugal*, “Central de Responsabilidades de Crédito”.

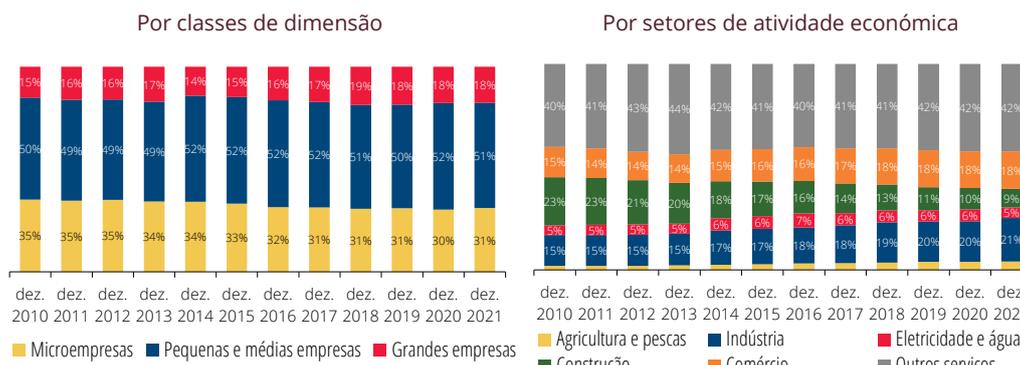
<sup>22</sup> Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

<sup>23</sup> O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação ocorre relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços dos bancos, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido, sendo progressivamente substituída por crédito abatido ao ativo. Para mais informações, pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

peso da construção reduziu-se (14 pp), em contrapartida dos aumentos verificados nos restantes setores.

Tanto no que se refere à estrutura por classes de dimensão como por setores de atividade económica, a repartição observada no final de 2021 era similar à observada no final de 2020 e no final de 2019. Ainda assim, pode ser assinalada a redução do peso da parcela de empréstimos associada ao setor da construção (de 2 pp relativamente ao final de 2019), que foi sobretudo compensada pela maior relevância da parcela correspondente às empresas da indústria.

**Gráfico C1.2 • Estrutura do financiamento obtido junto do sistema bancário residente**



No final de 2021, o rácio de empréstimos vencidos<sup>24</sup> das empresas não financeiras era de 2,3%, valor inferior aos verificados no final de 2020 (3,4%) e de 2019 (4,7%) (Gráfico C1.3). É de referir que o rácio de empréstimos vencidos das empresas não financeiras tem diminuído sucessivamente desde o final do primeiro semestre de 2016, quando se situava em 16,1%.

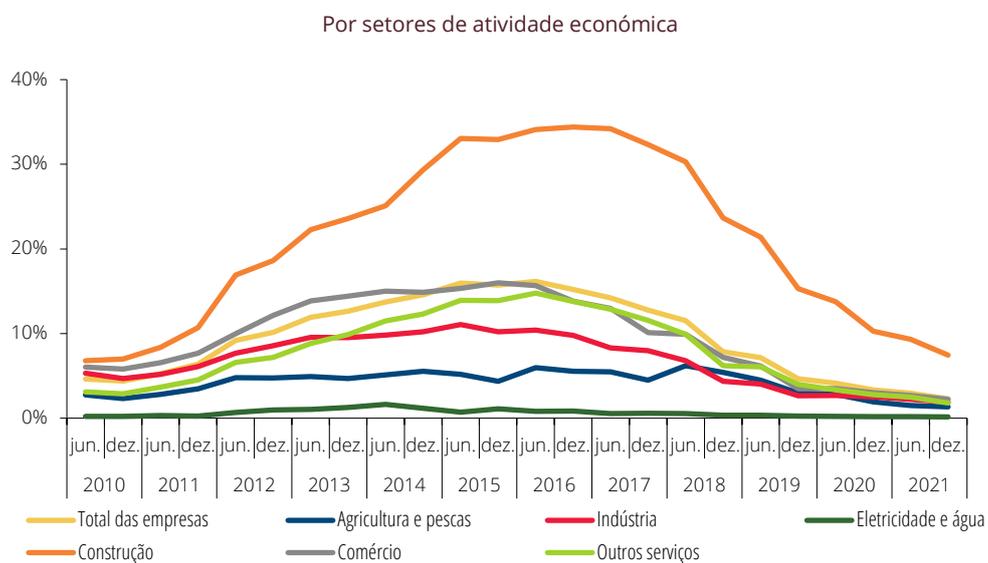
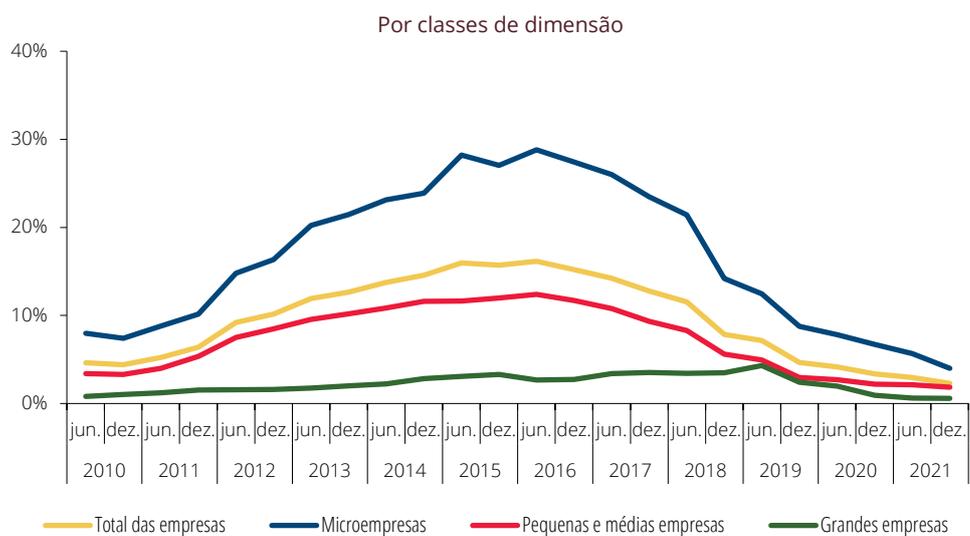
As microempresas continuavam a registar o maior rácio de empréstimos vencidos (4%, que compara com 6,7% no final de 2020 e 8,8% no final de 2019), seguidas das pequenas e médias empresas (1,8%, valor inferior aos 2,2% verificados no final de 2020 e aos 3% observados no final de 2019). As grandes empresas apresentavam o menor rácio de empréstimos vencidos: 0,6% no final de 2021, que compara com 0,9% no final de 2020 e 2,4% no final de 2019. Entre o final de 2010 e o final de 2021, o rácio de empréstimos vencidos diminuiu 3,4 pp nas microempresas, 1,5 pp nas pequenas e médias empresas e 0,4 pp nas grandes empresas.

No final de 2021, a construção continuava a ser o setor com o rácio de empréstimos vencidos mais elevado (7,5%), seguindo-se o comércio (2,2%) e os outros serviços (1,8%). A eletricidade e água continuava a registar o rácio de empréstimos vencidos mais baixo (0,1%).

Este indicador diminuiu em todos os setores de atividade económica quer em comparação com o final de 2020 quer com o final de 2019. Destacam-se as reduções observadas na construção: 2,8 pp em relação ao final de 2020 e 7,9 pp relativamente ao final de 2019. É de referir que o rácio de empréstimos vencidos da construção tem apresentado reduções sucessivas desde o final de 2016, tendo diminuído 26,9 pp entre esse período e o final de 2021. Ainda assim, no final de 2021, o rácio de empréstimos vencidos da construção era 0,5 pp superior ao verificado no final de 2010, contrastando com as diminuições observadas nos restantes setores (com destaque para os decréscimos de 3,6 pp e 2,8 pp registados no comércio e na indústria, respetivamente).

<sup>24</sup> Para o rácio de empréstimos vencidos é utilizada a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal sobre empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente. O rácio de empréstimos vencidos corresponde à proporção dos montantes de empréstimos vencidos no total de empréstimos obtidos.

**Gráfico C1.3 • Rádios de empréstimos vencidos (valores em fim de período)**



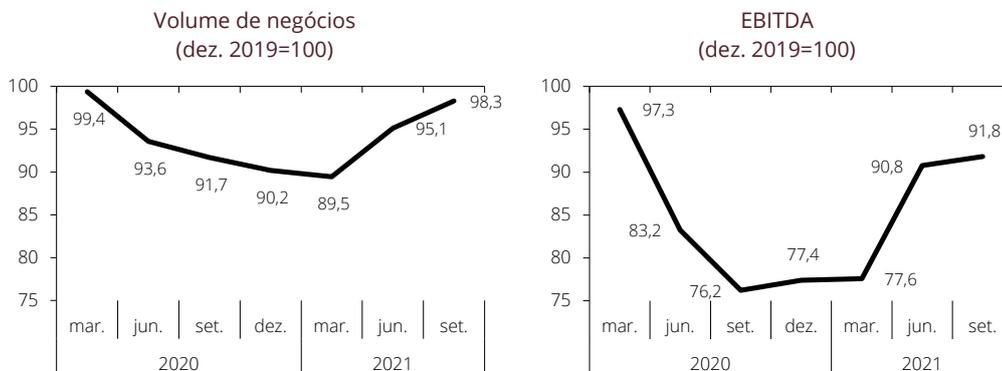
## Caixa 2 • Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2021

Em 2021, a pandemia de COVID-19 continuou a ter impacto sobre a atividade das empresas, na sequência da adoção de novas medidas restritivas à atividade económica para debelar o recrudescimento dos contágios, observado, em particular, no primeiro trimestre. Nos trimestres seguintes, registou-se um alívio progressivo destas medidas.

À semelhança do efetuado na anterior edição deste estudo, perspetiva-se, nesta Caixa, a evolução de alguns dos principais indicadores das empresas não financeiras, tendo em conta a informação mais recente disponível (relativa ao terceiro trimestre de 2021), apurada a partir do *Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras* (ITENF<sup>25</sup>). No caso das variáveis de fluxo, a análise reporta-se aos valores acumulados do ano terminado no trimestre de referência e, no caso das variáveis de *stock*, ao valor médio dos valores trimestrais dos últimos quatro trimestres.

Os dados relativos a 2021 evidenciam que a contração da atividade das sociedades não financeiras<sup>26</sup> se agravou no primeiro trimestre, em comparação com a situação observada antes da pandemia. No segundo e no terceiro trimestres, no entanto, a atividade económica das empresas recuperou, permitindo que o volume de negócios das sociedades não financeiras com sede em Portugal se situasse, no último período, num nível equivalente a 98,3% do registado em 2019 (Gráfico C2.1). O EBITDA evoluiu de forma semelhante (ainda que com uma recuperação mais pronunciada no segundo trimestre de 2021), atingindo, no período mais recente, um nível equivalente a 91,8% do observado em 2019.

**Gráfico C2.1 • Indicadores económico-financeiros | Volume de negócios e EBITDA (total das empresas, valor do ano terminado no trimestre)**



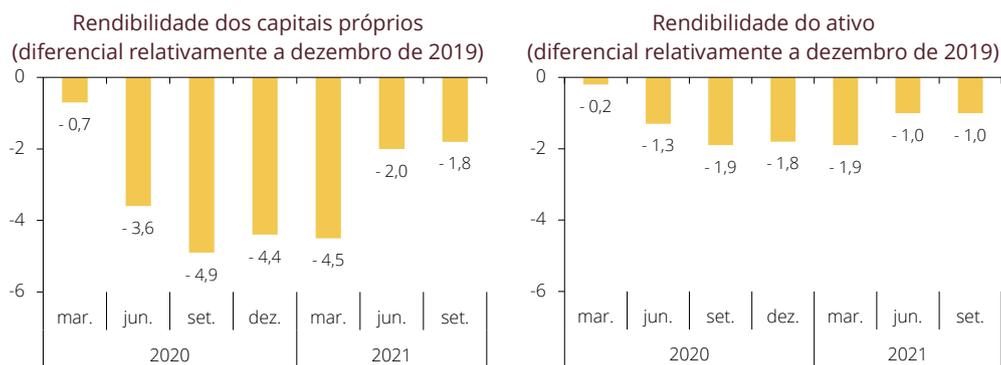
<sup>25</sup> O ITENF é uma operação estatística da responsabilidade conjunta do Banco de Portugal e do INE e tem por principal objetivo a recolha de informação de periodicidade trimestral junto de cerca de quatro mil empresas não financeiras. Esta informação incide, essencialmente, num conjunto de variáveis contabilísticas relativas à atividade e à situação financeira das empresas, sobre o qual o Banco de Portugal realiza um exercício de extrapolação para o universo das empresas não financeiras subjacente às estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços. Para obter informação mais detalhada quanto ao tratamento dos dados trimestrais da Central de Balanços, consulte o *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013* — “Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços - Notas metodológicas”.

<sup>26</sup> À semelhança do que acontece nos dados anuais considerados para efeito da análise efetuada no estudo, os dados trimestrais relativos ao total das empresas não consideram o contributo das sedes sociais. Contudo, contrariamente ao que acontece nos dados anuais, a série relativa ao total das empresas apresentada na presente Caixa exclui as empresas associadas à Secção A da CAE-Rev.3 (Agricultura e pescas), uma vez que esta secção não é objeto de inquirição no ITENF.

A diminuição da atividade das empresas foi particularmente evidente nos transportes e armazenagem e nos outros serviços<sup>27</sup>. Nestes setores, o volume de negócios tinha diminuído, no final do primeiro trimestre de 2021, para níveis equivalentes a 81% e a 84%, respetivamente, dos verificados em 2019. A recuperação registada nos trimestres seguintes foi transversal aos vários setores de atividade, destacando-se a indústria e a eletricidade e água. No final do terceiro trimestre de 2021, o volume de negócios da indústria equivalia ao valor registado em 2019, enquanto o volume de negócios do setor da eletricidade e água era mesmo 1,8% superior. Na construção, o volume de negócios manteve uma tendência de crescimento, tanto em 2020 como em 2021, situando-se, no final do terceiro trimestre de 2021, 12,4% acima do valor observado no final de 2019.

A tendência observada relativamente ao volume de negócios e ao EBITDA refletiu-se na evolução da rentabilidade das empresas. Depois de ter diminuído em 2020 e no primeiro trimestre de 2021, a rentabilidade recuperou, nos trimestres seguintes, para níveis mais próximos dos verificados em 2019 (Gráfico C2.2). A rentabilidade dos capitais próprios era, no final do terceiro trimestre de 2021, 1,8 pp inferior à observada em 2019. Já a rentabilidade do ativo, que tinha diminuído 1,9 pp até ao primeiro trimestre de 2021, era, no terceiro trimestre de 2021, 1 pp inferior à verificada em 2019.

**Gráfico C2.2 • Indicadores económico-financeiros | Rentabilidade (total das empresas, diferenças em pp)**

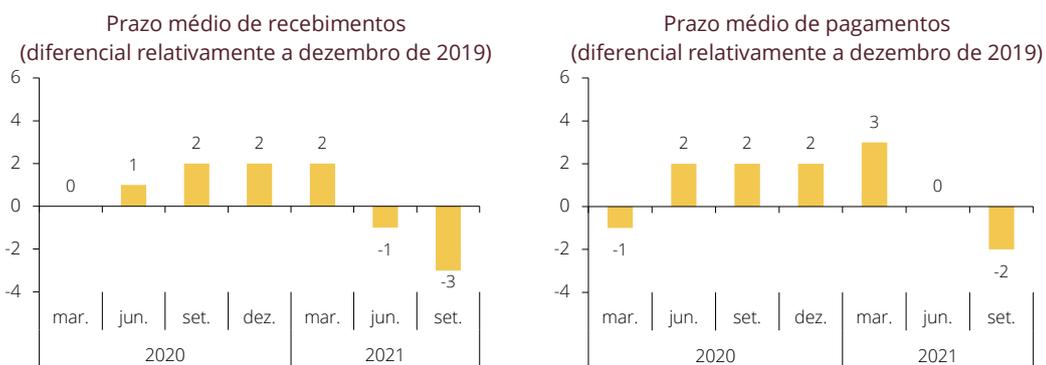


Os setores dos transportes e armazenagem e do comércio foram aqueles cujas rentabilidades do ativo, no final do terceiro trimestre de 2021, se distanciavam mais dos níveis observados em 2019 (diferenciais de 3 pp e 1,4 pp, respetivamente). A indústria foi o setor cuja rentabilidade mais aumentou relativamente a 2019 (1 pp, subida que compara com crescimentos marginais na construção e na eletricidade e água).

Depois de os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas terem aumentado em 2020 e até ao primeiro trimestre de 2021, nos trimestres seguintes, a tendência inverteu-se. No terceiro trimestre de 2021, o prazo médio de recebimentos era inferior em 3 dias ao registado no final de 2019, enquanto o prazo médio de pagamentos era 2 dias inferior ao observado no final de 2019 (Gráfico C2.3).

<sup>27</sup> A repartição setorial assumida nesta Caixa segmenta as atividades económicas em indústria, eletricidade e água, construção, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços (nos quais se incluem o alojamento e restauração, as atividades imobiliárias e a educação, entre outras atividades). Esta repartição setorial desconsidera as empresas públicas não incluídas no setor institucional das administrações públicas, ou seja, respeita apenas às empresas privadas de cada setor.

**Gráfico C2.3 • Indicadores económico-financeiros | Prazos médios (total das empresas, diferenças em número de dias)**



Na generalidade dos setores de atividade económica, os prazos médios de pagamento e recebimento retornaram aos níveis de 2019 (ou mesmo a níveis inferiores). O prazo médio de recebimentos foi substancialmente inferior ao observado em 2019 na construção (22 dias). Esta diminuição também ocorreu na indústria, nos outros serviços e no comércio (diferenciais de 3 dias, nos dois primeiros casos, e de 2 dias, no último caso). Em sentido contrário, nos transportes e armazenagem e na eletricidade e água, os prazos médios de recebimento eram superiores em 3 dias e em 1 dia relativamente aos verificados em 2019, respetivamente. No que diz respeito ao prazo médio de pagamentos, apenas os outros serviços registaram um aumento em relação a 2019 (2 dias), destacando-se, em sentido contrário, a redução de 19 dias observada no setor da construção.

A pressão financeira das empresas era, no final do terceiro trimestre de 2021, próxima da registada no final de 2019 (superior em 0,4 pp), não obstante o agravamento de 4 pp e de 1 pp observados nos transportes e armazenagem e no comércio, respetivamente. Pelo contrário, na eletricidade e água e na indústria, a pressão financeira reduziu-se em 3 pp e em 2 pp, respetivamente.

Em conclusão, os indicadores relativos a 2021 demonstram que a atividade das empresas em Portugal prosseguiu, no primeiro trimestre, a trajetória de contração observada em 2020. Evidenciam ainda que esta tendência se inverteu nos trimestres seguintes, com reflexo na recuperação dos níveis agregados de rentabilidade. Registe-se a redução dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos em comparação com os observados em 2019 e em 2020.

---

## II Anexo

### 1 Síntese metodológica



# 1 Síntese metodológica

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Dimensão da empresa:** As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Empréstimos vencidos:** Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de empréstimos podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de empréstimos registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, já que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa dos empréstimos permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por empréstimos abatidos ao ativo.

**Gastos da atividade operacional:** O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gastos de financiamento:** O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Localização geográfica:** A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

**Margem líquida:** Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

**Margem operacional:** Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

**Maturidade:** A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos; de 6 a 10 anos; de 11 a 20 anos; e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

**Número de pessoas ao serviço:** Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

**NUTS:** A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão n.º 868/2014, de 8 de agosto, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

**Outros passivos:** A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

**Pressão financeira:** Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

**Rácio de empréstimos vencidos:** Rácio entre o montante de empréstimos vencidos e o total de empréstimos obtidos.

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Rendimentos:** Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

**Setor de atividade económica:** Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K — *Atividades Financeiras e de Seguros*, O — *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T — *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U — *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 — *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3. Por forma a simplificar a análise, agregaram-se algumas Secções da CAE-Rev.3. Foram considerados os seguintes agregados: agricultura e pescas (Secção A); indústria (Secções B e C); eletricidade e água (Secções D e E), construção (Secção F), comércio (Secção G) e outros serviços (Secções H a S, com exceção das atividades excluídas do âmbito desta análise).

**Setor exportador:** O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros.

**Sistema bancário residente:** Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

# Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> )
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

# Referências

Banco de Portugal (2008), "Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2015), "Central de Responsabilidades de Crédito", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5\\_central\\_responsabilidades\\_de\\_credito.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf)

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol\\_econ\\_maio2015\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf)

Banco de Portugal (2015), "Análise das empresas do setor exportador em Portugal", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 22, junho de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb\\_22\\_2015.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb_22_2015.pdf)

Banco de Portugal (2019), "Quadros do setor e quadros da empresa e do setor", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo\\_36\\_CB\\_2019.html](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html)

Banco de Portugal (2021), "Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 46, março de 2021.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_46\\_2021.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_46_2021.pdf)

Banco de Portugal (2021), *Relatório de Estabilidade Financeira*, dezembro de 2021.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref\\_12\\_2021\\_pt.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref_12_2021_pt.pdf)

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

# Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019
- 39 | Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017, julho 2019
- 40 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018, dezembro 2019
- 41 | Análise das empresas da região Centro, janeiro 2020
- 42 | Análise das empresas privadas da educação, março 2020
- 43 | Análise das empresas da Área Metropolitana de Lisboa, abril 2020
- 44 | Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores, agosto 2020
- 45 | Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira, agosto 2020
- 46 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019, março 2021
- 47 | Análise das empresas da região do Algarve, agosto 2021
- 48 | Análise das empresas da região do Alentejo, outubro 2021
- 49 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2020, abril 2022

